

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

RÁDIO PATRULHA:

POLICIAMENTO OSTENSIVO E TECNOLOGIA NA CIDADE DE NATAL (1965-1970)

ARLAN ELOI LEITE DA SILVA

NATAL-RN

2008

ARLAN ELOI LEITE DA SILVA

RÁDIO PATRULHA:

POLICIAMENTO OSTENSIVO E TECNOLOGIA NA CIDADE DE NATAL (1965-1970)

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, para fins de conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

NATAL-RN

2008

BANCA EXAMINADORA

ARLAN ELOI LEITE DA SILVA

Rádio Patrulha:

Policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970)

Em, 16 de dezembro de 2008.

Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Professor Orientador)

Dr. Almir de Carvalho Bueno (Professor do Departamento de História)

Me. Mariano de Azevedo Júnior (Professor Substituto do Departamento de História)

NATAL (RN)

2008

Aos meus queridos familiares e amigos, que torcem por mim.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos familiares, pelo carinho, compreensão e força nos meus momentos de dificuldades. Sempre me apoiaram em tudo. Quero dizer apenas que amo vocês.

Aos meus amigos Fabíola Barreto, Tarcísio Alves, Suzana Augusta, Francisco Neto, Bruna Rafaela, Kedmiell Soares, Ana Cláudia, Flademir Dantas, Francimária Cavalcante, Allana Patrícia e Alexsandro Freire, que de maneiras diversas me ajudaram com muito apreço, tanto na torcida como na elaboração desta pesquisa. Jamais esqueço vocês.

Ao orientador e amigo Raimundo Nonato, exímio historiador, pela aceitação do meu tema e disposição para orientar este trabalho, dando idéias valiosas que me lançaram na reflexão e concretização de um estudo proveitoso. À professora Aurinete Barreto, pelo grande ser humano que é e pela sua orientação na metodologia do trabalho científico.

Aos senhores Domilson Damázio e Antonio Ramos, que deram uma grande contribuição na constituição de fonte oral e de material iconográfico para a história da Rádio Patrulha. Os mesmos demonstraram interesse e apreço no resgate histórico dessa Companhia operacional.

Aos companheiros do Arquivo Geral pelo apoio na pesquisa dos Boletins Diários da Polícia Militar, bem como a todos os companheiros policiais que me ajudaram direto ou indiretamente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 SURGIMENTO DA RÁDIO PATRULHA NO BRASIL	14
1.1 A especialização na Polícia Militar brasileira	14
1.2 A criação da Rádio Patrulha	19
2 A RÁDIO PATRULHA NA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE	23
2.1 Antecedentes históricos	23
2.2 A criação da Rádio Patrulha potiguar	25
2.3 A Rádio Patrulha no cotidiano da Polícia Militar	29
3 A RÁDIO PATRULHA E O PÚBLICO NATALENSE	46
3.1 As abordagens policiais no cotidiano	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
FONTES, ENTREVISTAS E SITES	61
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o surgimento da Companhia de Rádio Patrulha (CRP) na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em junho de 1965, identificando também as relações entre a polícia e o público. Esse surgimento se deu num período de reordenamento das forças políticas e sociais no Brasil em razão do golpe civil-militar de 1964, caracterizado pela repressão aos movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras e pelo cerceamento das liberdades individuais.

A Companhia de Rádio Patrulha foi criada por ato do Poder Executivo Estadual e instalada no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, com o objetivo de realizar policiamento ostensivo com tecnologia para a época, dando início a uma dinâmica no trabalho da Polícia Militar, porque é a partir da inserção da RP que a Corporação começa a se tornar visível no espaço urbano de Natal, afirmação essa baseada nas fontes escritas e orais.

O objetivo da criação da Rádio Patrulha (RP) era manter vigilância em Natal e nas áreas pouco policiadas, realizar intervenções policiais de caráter urgente e atender ocorrências em geral nas quais sua presença fosse reclamada ou se fizesse necessária para assegurar o respeito à ordem pública. A mesma poderia executar um trabalho em conjunto com outros órgãos, principalmente com o Corpo de Bombeiros, o qual foi a primeira unidade especializada da Corporação norte-riograndense, segundo fonte oral. Naquele período, a Rádio Patrulha era um policiamento diferenciado, o modelo havia sido importado do Rio de Janeiro e o seu primeiro Comandante Domilson Damázio recebeu instrução na Rádio Patrulha do Estado da Guanabara (Rio de Janeiro), a fim de treinar o efetivo na execução do policiamento ostensivo motorizado na Capital potiguar.

Analisamos a relação entre o surgimento da Rádio Patrulha e o contexto político-social forjado a partir do golpe civil-militar de 1964, dando ênfase ao trabalho desse policiamento ostensivo junto à população no espaço urbano de Natal, o seu aparecimento nos Boletins Diários da PM, os desafios cotidianos de segurança pública para a época, bem como a sua imagem construída pela imprensa.

O estudo sobre este tema surgiu do interesse pela história da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que o tema tinha sido introduzido no campo da história do RN pelo escritor Rômulo Wanderley, em sua obra *História do Batalhão de Segurança*, porém na

época em que esse autor escreveu em 1969, a Rádio Patrulha tinha apenas quatro anos de trabalhos prestados à sociedade natalense. Daí a necessidade de se trazer numa nova perspectiva de abordagem a história da Rádio Patrulha, depois de quarenta anos de atuação no Rio Grande do Norte. Abordagem essa que visa analisar a inserção da Rádio Patrulha no contexto dos primeiros anos da ditadura militar de 1964, bem como a relação desta com a população urbana de Natal. O recorte temporal do presente trabalho compreendeu o ano de 1965, quando a Rádio Patrulha foi criada em Natal, até o ano de 1970, ocasião em que essa Companhia já era a principal unidade policial-militar da cidade, desdobrando-se no policiamento ostensivo dos principais eventos, como o Carnaval de 70.

Este trabalho torna-se importante para a história do Rio Grande do Norte, sobretudo, porque o policiamento ostensivo, de competência da Polícia Militar, na contemporaneidade se constitui em medidas preventivas e de segurança para evitar o acontecimento de delitos e de violações de normas e a sua gênese aqui no Estado se deu com o aparecimento da Rádio Patrulha, que é o policiamento ostensivo com emprego de tecnologia (veículos motorizados e rádio-comunicação).

Os principais autores consultados contribuíram para a análise da documentação pesquisada. São autores que trabalharam com a construção de uma história social do cotidiano, dando ênfase ao processo de relação entre a polícia e o público. Segundo Bretas, a polícia irá aparecer consideravelmente no “topo das agendas políticas”¹ a partir da década de 1960, uma vez que o desenvolvimento de estudos sobre a atividade policial aconteceu numa sociedade pós-Segunda Guerra Mundial, em que a mídia atingiu novos espaços. Essa nova abordagem da historiografia crítica procurou analisar o tema das relações entre a polícia e o público, devido também aos diversos programas de policiamento comunitário desenvolvidos nos Estados Unidos e espalhados por outros países. Contudo, deve-se considerar que as relações entre a polícia e o público “são comuns e necessárias, existindo muito antes da polícia criar grupos especiais para se incumbirem delas”², como a Rádio Patrulha no Brasil. O trabalho do autor Thomas Holloway³ contribuiu para o estudo sobre os indivíduos que formavam a tropa operacional, e também as

¹ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 11.

² Ibid., p. 11.

³ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

punições e elogios concedidos pelo comando da polícia. E o estudo da autora Cláudia Mauch⁴ lançou luz sobre a questão do policiamento urbano e as suas estratégias na repressão dos indivíduos alteradores da ordem pública, numa complexa relação polícia e público por meio da imprensa.

A despeito desse relevante apoio teórico, este trabalho deparou-se com uma escassez de bibliografia sobre o tema de Rádio Patrulha. A nossa pesquisa foi limitada no possível diálogo e confrontação com outras fontes e outros referenciais teóricos, porque o estudo sobre este objeto na perspectiva histórica é escasso. Sendo assim, queremos também provocar o interesse de pesquisadores para o estudo dos grupos especiais na Polícia Militar.

Estudar a Polícia Militar no Rio Grande do Norte não é um empreendimento inovador. Outros trabalhos já se dedicaram ao tema. No Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e Documentação (NEHAD), localizado no Departamento de História da UFRN, por exemplo, encontramos os seguintes trabalhos monográficos sobre a PM do Rio Grande do Norte: o primeiro é intitulado “Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935 (Polícia Militar do RN – Resistência e Glórias)”, de Célia Maria Lins de Melo, no qual foi analisada a inserção do comunismo na política brasileira da época, desde os anos de 1920, servindo de apoio ideológico para o movimento de 1935. Essa pesquisadora discutiu a participação da Polícia Militar potiguar e a morte do possível soldado Luiz Gonzaga nesse movimento. Dessa forma, a autora chegou à conclusão de que Luiz Gonzaga “de fato existiu”⁵. O segundo trabalho é “O movimento reivindicatório da Polícia Militar do Rio Grande do Norte em 1963”, de Wellington Dantas do Nascimento, que analisou a crise político-social processada durante o governo de João Goulart, os movimentos reivindicatórios que antecederam o golpe de 1964 e, por último, o movimento reivindicatório da Polícia Militar do Estado e as consequências deste para a Corporação. O trabalho desse autor baseou-se na bibliografia existente, tendo o respaldo de algumas fontes, como os Boletins Diários da PM e jornais da época⁶. O terceiro estudo é “A invenção da tradição: herói-mártir soldado Luiz Gonzaga”, de Flávio Silva de Medeiros, no qual foi feito um estudo sobre o contexto histórico em que culminou com o movimento de 1935 no Brasil e,

⁴ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

⁵ MELO, Célia Maria Lins de. *Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935 (Polícia Militar do RN – Resistência e Glórias)*. 2001. f. 36. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

⁶ NASCIMENTO, Wellington Dantas do. *O movimento reivindicatório da polícia militar do Rio Grande do Norte em 1963*. 2004. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

especialmente, em Natal. Outrossim, esse pesquisador procurou desconstruir a mistificação sobre o possível soldado Luiz Gonzaga, que é considerado o herói da Corporação potiguar. O autor tentou fazer uma leitura crítica sobre a bibliografia existente, alinhando-se àquela que rompe com a versão oficial (Luiz Gonzaga existiu, mas não foi policial militar)⁷. E, finalmente, o quarto trabalho é “História da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (1936-2003)”, de Ivanildo Leôncio Macedo de Souza, no qual foi abordada a origem do sindicalismo em nível internacional e no Brasil, bem como no Estado do Rio Grande do Norte. Concomitante a formação do sindicalismo potiguar, surgiu essa Associação na Polícia Militar norte-rio-grandense. Esse autor enfatizou a participação da Associação de Subtenentes e Sargentos nos movimentos reivindicatórios de 1963, 1992 e 2003 e suas consequências para a tropa, utilizando também um testemunho como fonte oral⁸.

Portanto, esses são trabalhos realizados por policiais militares que objetivaram responder a alguns problemas da história da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, principalmente sobre a polêmica da existência de Luiz Gonzaga, morto no contexto do movimento de 1935 em Natal e considerado o herói mártir pela PM potiguar. A base desses trabalhos monográficos foi a pesquisa bibliográfica com a corroboração de algumas fontes, como os Boletins Diários da PM. Mas não houve a possibilidade de consulta mais rigorosa sobre a documentação ainda existente no Arquivo Geral da Corporação, bem como nos arquivos da imprensa da época pesquisada. Essas monografias e a nossa pesquisa se assemelham no objetivo de resgatar e analisar a história da Polícia Militar. Diferentemente delas, o nosso trabalho procurou basear a pesquisa em fontes documentais existentes na Corporação, nos arquivos da imprensa e em fontes orais, consultando dois protagonistas da história.

A realização de um trabalho de história exige a consulta em fontes documentais. No nosso caso, particularmente, o trabalho não foi fácil. Ao procurarmos os jornais locais que nos encaminhassem para a descoberta do nosso problema, frustradamente só encontramos as edições de um mês do Jornal Tribuna do Norte durante o período pesquisado. Assim sendo, as nossas principais fontes de consulta foram os Boletins Diários da Polícia Militar, as edições do mês de

⁷ MEDEIROS, Flávio Silva de. *A invenção da tradição: herói-mártir soldado Luiz Gonzaga*. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

⁸ SOUZA, Ivanildo Leôncio Macedo de. *História da associação de subtenentes e sargentos da polícia militar do Rio Grande do Norte (1936-2003)*. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

dezembro de 1968 da Tribuna do Norte, e a realização de uma entrevista com dois pioneiros da Rádio Patrulha potiguar.

Os Boletins Diários da PM estão arquivados no Arquivo Geral da Diretoria de Pessoal no Quartel do Comando Geral. Foram analisados os Boletins do período de 1965 a 1970. Eles são documentos produzidos diariamente pela Corporação a fim de tornar público os serviços diários, informações e instruções que dizem respeito à tropa. O Boletim pode ser dividido em quatro partes. Na primeira parte, verificam-se as escalas de serviço para o dia seguinte; na segunda parte, publicam-se assuntos sobre ensino e instrução; na terceira parte, divulgam-se os assuntos gerais e administrativos; e na quarta parte, publicam-se a justiça e disciplina, na qual são colocadas as punições disciplinares e o resultado de decisões judiciais. No período pesquisado, o Boletim recebeu o nome de Boletim Diário (BD), o qual é organizado por numeração a partir do primeiro dia útil de cada ano, bem como pela precisão da data. Naquela época, o Boletim era produzido por um policial militar que dominava a leitura e a escrita. O documento era datilografado e assinado de próprio punho pelo Comandante Geral ou, no impedimento deste, pelo Subcomandante Geral. Segundo o Subtenente PM R/R⁹ Ramos, a Companhia de Rádio Patrulha produziu também um Boletim Interno a fim de tornar público aos patrulheiros os serviços diários, instruções e informações da Companhia. Por isso que a Rádio Patrulha só começou a concorrer à escala de serviço, que era publicada no Boletim Diário para toda a Corporação, a partir de janeiro de 1966. O que procuramos nesses Boletins? Procuramos identificar o surgimento da Rádio Patrulha dentro da Corporação. As escalas de serviço, a movimentação e composição do efetivo, as novidades trazidas para essa Companhia no cotidiano, as instruções para formação dos patrulheiros, as punições disciplinares aplicadas aos militares, bem como perceber uma possível relação da Rádio Patrulha com o público natalense.

O Jornal Tribuna do Norte, fundado em 1950 por Aluizio Alves, naquele período histórico da década de 1960, apresentava um alinhamento com a ordem política do governo de exceção, uma vez que reproduzia os atos institucionais desse governo, como o AI-5. Ao analisarmos as fontes do mês de dezembro de 1968, que estão localizadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tencionamos perceber as práticas de atuação da Rádio Patrulha, bem como as respostas dos indivíduos abordados ao policiamento ostensivo e moralizador.

⁹ Reserva Remunerada da Polícia Militar.

Além disso, foi realizada entrevista com o primeiro Comandante da Rádio Patrulha, Domilson Damázio da Silva, Capitão PM R/2¹⁰, o qual veio esclarecer detalhes do surgimento desse policiamento ostensivo e demonstrar a importância da CRP para a Polícia Militar, bem como entrevista com uma Praça, Antônio Ramos Alves, Subtenente PM R/R, que trabalhou na Rádio Patrulha a partir de sua criação e comandou, já como 3º Sargento, as duplas de policiais militares pertencentes ao Pelotão de Policiamento Ostensivo (PPO). Pelotão esse subordinado diretamente à Rádio Patrulha.

As limitações das fontes, sobretudo os jornais, nos fizeram enfatizar muito mais os projetos institucionais do serviço da Rádio Patrulha do que a sua prática cotidiana. Além disso, as punições disciplinares e os registros das ocorrências retratam apenas os delitos oficialmente detectados, e devem ser vistos não como expressão das transgressões ou contravenções da época, mas como amostra da atividade policial em sociedade.¹¹

Enfim, analisamos o surgimento do patrulhamento das ruas, isto é, o policiamento ostensivo motorizado e a pé em que permitiu a Polícia Militar aproximar-se progressivamente do público no cotidiano das ruas de Natal. O que o nosso trabalho tenta mostrar, seguindo a linha do tempo através do recorte temporal já elencado, são as rupturas e mudanças que foram inseridas na Polícia Militar.¹² E essas mudanças, discutidas ao longo do trabalho, serão encaradas como consequências do processo histórico vivido pela sociedade natalense em suas relações transformadoras com a Rádio Patrulha. É a construção da história da RP potiguar e sua relação com o público numa narrativa problematizadora. Não é contar os feitos importantes dessa Companhia operacional, nem mesmo supervalorizar o trabalho de comandantes ou de um grupo especial na Polícia Militar, mas é narrar especialmente sobre as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas deram sentido às suas experiências sociais.¹³ É perceber como essas pessoas, tanto policiais como civis, se relacionaram em seu processo histórico.

O estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro Capítulo analisa o surgimento da Rádio Patrulha na Polícia Militar brasileira, demonstrando as razões para a escolha do nome e as justificativas para a implantação dessa unidade militar de policiamento ostensivo motorizado. O

¹⁰ Reserva Não Remunerada da Polícia Militar.

¹¹ Ver MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

¹² SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. 2003. f. 42. Tese (Pós-Graduação em História) – UFPE/Depto. de História, Recife.

¹³ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 158.

segundo Capítulo analisa o surgimento da Rádio Patrulha no Rio Grande do Norte detendo-se no seu processo de construção na Polícia Militar. E o terceiro Capítulo analisa a relação da Rádio Patrulha com a população de Natal, por meio dos Boletins Diários e da imprensa local, observando os tipos de ocorrências policiais e os tipos de indivíduos abordados pela Companhia.

1 SURGIMENTO DA RÁDIO PATRULHA NO BRASIL

1.1 A especialização na Polícia Militar brasileira

A polícia surgiu no contexto do estado absolutista como um órgão público moderno para um papel essencial nesse estado,¹⁴ a preservação da ordem vigente. No Brasil, por ocasião da vinda da família real portuguesa, em que transformou a colônia em sede administrativa da coroa lusitana, foi criada em maio de 1808 a figura do Intendente Geral da Polícia do Brasil, assim como já existia em Portugal. O intendente era o administrador e juiz da cidade do Rio de Janeiro. Então, para ajudá-lo, foi criada, em maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, de onde se originou a Polícia Militar. Mesmo tendo a responsabilidade de fazer o patrulhamento das ruas, principalmente à noite, a principal tarefa dessa guarda de polícia era manter uma tropa aquartelada para ser empregada somente quando houvesse perturbação da ordem pública. Sendo assim, formou-se uma força muito mais patrimonial do que de patrulhamento diário, sob as tradições militares portuguesas.¹⁵

O grosso da tropa era composto de indivíduos que “saíam das classes inferiores livres”,¹⁶ os quais eram denominados de praças (militares subalternos). Depreendemos daí que os Oficiais (militares superiores) eram provenientes dos grupos sociais de uma elite colonial. Devido à situação social da colônia brasileira, mormente do espaço urbano do Rio de Janeiro, onde apresentava uma classe social escravizada, entendida como propriedade dos membros da elite, a polícia era um “exército permanente travando uma guerra social contra adversários que ocupavam o espaço a seu redor”.¹⁷ Desse modo, o objetivo da polícia era reprimir e subjugar a fim de manter um nível aceitável de tranqüilidade e ordem.

O historiador Marcos Bretas observou que a polícia aparecia como um exército no espaço urbano do Rio de Janeiro apenas para reprimir severamente as manifestações ou greves dos trabalhadores e, depois da missão, ela desaparecia recolhendo-se à sua “sombria existência,

¹⁴ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 10.

¹⁵ *Ibid.*, p. 41.

¹⁶ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 50.

¹⁷ *Ibid.*, p. 50.

até a eclosão da próxima greve”.¹⁸ Esse autor apontou a década de 1960 como um marco para o desenvolvimento de estudos sobre o tema polícia,¹⁹ numa sociedade pós-Segunda Guerra Mundial vivendo uma política liderada pelos Estados Unidos em que procurava combater a subversão,²⁰ isto é, o comunismo.

Na Polícia Militar, as instituições de treinamento formal são muito recentes. Na caserna, dois pilares norteiam a vida do policial militar, que são a *hierarquia* (ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da corporação) e a *disciplina* (rigorosa observância e o acatamento das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar).²¹ A despeito desses princípios e regulamentos militares, a polícia, desde a sua criação no século XIX, não tinha uma formação sistematizada, isto é, uma especialização. Dessa forma,

as forças policiais do início do século XX, em quase toda parte do mundo, tinham pouco ou nenhum treinamento formal. Um policial novato tinha que contar com sua própria capacidade de *aprender* o trabalho, ou depender da ajuda dos mais experientes.²²

Em meio a essa situação, como ocorreu a especialização na polícia militar brasileira? Quais foram os desafios históricos que permitiram o surgimento de uma polícia especializada? Especialização essa entendida como treinamento formal e técnico para um fim definido. Então, quais foram as novidades trazidas no bojo dessa especialização da Corporação policial-militar?

No início do século XX, no contexto da modernidade principalmente do espaço urbano do Rio de Janeiro, foi criada a Guarda Civil em 1903, a fim de ser uma outra polícia uniformizada, a qual era mais adequada para patrulhar as ruas cariocas de acordo com o objetivo da elite local, uma vez que a Polícia Militar, como força aquartelada, só era convocada praticamente quando havia grandes alterações da ordem pública.²³ Além disso, a Polícia Militar

¹⁸ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, p. 11.

¹⁹ *Ibid.*, p. 11.

²⁰ Segundo o Manual de Campanha do Ministério do Exército Brasileiro de 1973, “é uma forma de guerra irregular, que objetiva minar as estruturas: militar, econômica, social, moral e política da comunidade que integram. Atividade de caráter predominante clandestino que busca conquistar as populações para um movimento político revolucionário, pela destruição dos bens fundamentais da comunidade que integram”. Isso era o conceito de subversão para o Estado brasileiro.

²¹ ESTATUTO dos policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte. Lei n. 4.630, de 16 dez. 1976. cap. 2.

²² BRETAS, Marcos Luiz. *Op. cit.*, p. 144.

²³ *Ibid.*, p. 40-41.

era “desprezada por todos os segmentos da sociedade”,²⁴ porque o seu poder era direcionado principalmente às “camadas inferiores da sociedade, e era aplicado com o ressentimento do conhecimento de suas limitações”.²⁵ Isso dito em outras palavras: a Polícia Militar agia arbitrariamente, sem limites do uso da força física para reprimir os considerados perturbadores da ordem. O policial militar era uma figura desprezível pela maioria dos grupos sociais. Havia toda uma dificuldade das autoridades para recrutarem homens a fim de comporem as fileiras dessa Corporação. Como já foi expresso, o grosso da tropa era composto por indivíduos oriundos das camadas inferiores da sociedade. E Bretas deu um esclarecimento para essa aversão ao ingresso na Polícia Militar: “Os administradores explicavam a falta de interesse pela carreira policial como consequência dos baixos salários e duras condições de trabalho. Não deve ser esquecido, também, que a polícia militar era detestada pela grande maioria da população da cidade”.²⁶

Já na década de 1930, que trouxe grandes mudanças no país, o governo provisório de Getúlio Vargas deu início a uma política centralizadora que acabava com a autonomia dos Estados. Desse modo, as elites paulistas reagiram contra a perda de liderança do Estado e, em luta contra o governo Vargas, exigiram a volta do regime liberal federativo, porque lhes garantia autonomia ante o poder central, e a revolução em julho de 1932 significou a resposta à nova situação.²⁷ Nesse contexto de embates políticos, Vargas criou a *Polícia Especial*, como uma divisão uniformizada da Polícia Civil do Distrito Federal (na época a cidade do Rio de Janeiro), fundada em 5 de agosto de 1932, um mês depois do levante das elites paulistas. Essa polícia especializada foi organizada como uma “força de choque”, ou de intervenção, treinada e aparelhada para enfrentar distúrbios populares²⁸ com audácia e eficiência, mantendo a ordem pública, num período de grande efervescência política.²⁹ Nos anos subseqüentes a 1932, devido ao comunismo, considerado o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos de 1920, o governo Vargas “deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que

²⁴ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, p. 213.

²⁵ *Ibid.*, p. 213.

²⁶ *Ibid.*, p. 53.

²⁷ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 114.

²⁸ Segundo o Manual de Campanha do Ministério do Exército Brasileiro de 1973, “é a manifestação de atos de violência dentro do país resultantes de uma situação de inquietação ou tensão civil, prejudicial à manutenção da lei e da ordem. Poderá provir da ação de uma turba ou iniciar-se de um tumulto”. Isso era o conceito de distúrbios civis ou populares para o Estado brasileiro.

²⁹ POLÍCIA Especial em ação. Rio de Janeiro: DFSP, 1957. Disponível em: *Wikipédia*, enciclopédia eletrônica. p. 1.

acabou servindo para justificar o fortalecimento do regime”.³⁰ Eis a necessidade de se formar um grupo especial na polícia brasileira, sobretudo na capital federal daquela época. A Polícia Especial surgiu para preservar a ordem estabelecida pelo grupo político liderado por Vargas, bem como para combater energeticamente os *comunistas*, como aconteceu em 1935 por ocasião do levante comunista em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Essa polícia foi integrada, inicialmente, por cinquenta homens da Guarda Civil do Distrito Federal (que fazia o policiamento ostensivo daquela cidade à época), cinquenta homens da Polícia Militar e cem atletas selecionados em clubes desportivos cariocas, mais tarde, teve o efetivo aumentado para quinhentos policiais, através de concursos públicos realizados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).³¹ O ingresso nessa força especial era realizado por uma seleção sistematizada, ou seja, não era qualquer indivíduo que era considerado apto para um serviço operacional especializado. O policial passava por um treinamento teórico e prático dando ênfase ao preparo físico, a fim de executar ações específicas e especiais. Daí o ingresso de atletas de clubes desportivos cariocas. Sendo assim, aquartelados no Morro de Santo Antônio, no centro da cidade do Rio de Janeiro, reuniam-se em cinco grupos ou esquadrões, cada grupo com quatro “choques” (grupos de enfrentamento) e cada “choque” composto por vinte e cinco policiais, sendo um chefe, um subchefe, dois motoristas, doze vanguardistas, três granadeiros-lançadores e seis policiais equipados com submetralhadoras. Vestiam uniformes cáqui e quepe vermelho, que os caracterizou diante da população. Além do controle de distúrbios, a Corporação possuía esquadrões com os mais hábeis motociclistas do país, empregados como batedores do Presidente da República e de autoridades estrangeiras em visita ao Brasil. Eram, também, preferencialmente, designados para a proteção do chefe de Estado nas solenidades oficiais. Foi a primeira tropa que em 11 de maio de 1938, por ocasião do assalto das milícias integralistas ao Palácio da Guanabara, deu enfrentamento àqueles combatentes, impedindo a invasão do interior da residência presidencial.³²

Em 1936, essa Corporação especial passou a ter uma divisão de carros blindados que dispunha de uma seção de carros de assalto composto por dois caminhões blindados Wilton-Fijenoord para transporte de tropas, construídos pela Dutch Shipbuilding Company Wilton-

³⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*, p. 115.

³¹ POLÍCIA Especial em ação. Rio de Janeiro: DFSP, 1957. Disponível em: *Wikipédia*, enciclopédia eletrônica. p.1.

³² *Ibid.*, p.1.

Fijenoord, sobre chassi de caminhão Ford, com capacidade para transportar 22 homens, sendo 14 sentados e os demais em pé, além do seu motorista e ajudante. Estes veículos possuíam blindagem de chapas de aço de 4mm de espessura, com diversas janelas ao seu redor, com várias escotilhas, de onde sua guarnição estava protegida de projéteis de armas de pequeno calibre, podendo sua guarnição responder do interior do veículo e até mesmo desembarcar tropas para imediata ação contra manifestantes. Os veículos foram desenvolvidos para conter distúrbios urbanos, similar aos usados pelas Polícias Militares hoje em dia no país. Era impulsionado por um motor Ford de 8 cilindros a gasolina e seus pneus eram à prova de balas. As suas unidades foram equipadas com pistolas Mauser e metralhadoras Schmeisser alemãs e motocicletas FN belgas blindadas.³³ Percebemos que essa Polícia Especial trouxe para si um treinamento específico, o emprego da tropa de forma tática³⁴ e técnica,³⁵ o uso de armas especiais e de veículos motorizados tipo carro e motocicleta. Outrossim, ainda em janeiro de 1933, foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes, e a Polícia Especial passou a ser a sua tropa de elite.

Ainda no período do governo Vargas, a colaboração entre a polícia política brasileira e a Academia de Polícia Americana no combate ao comunismo era tão forte a ponto da Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro permitir o acesso a documentos que negava inclusive ao Ministério das Relações Exteriores.³⁶ Segundo Andréia Lopes, citando Martha Huggins, que faz uma análise sobre a influência norte-americana na especialização da polícia brasileira, observa:

A relação entre os policiais e os agentes do FBI era estreita e pessoal. Os futuros chefes de polícia do país que estavam sendo treinados eram convidados para visitar a Academia do FBI em Washington com o objetivo de aprimorar seu desempenho técnico. Nesse processo criavam laços de amizade com os agentes norte-americanos e se tornavam, posteriormente, fontes importantes e extra-oficiais para os órgãos de inteligência norte-americana. Essa relação se manteve também no período do pós-guerra.³⁷

³³ Disponível em: <<http://www.defesa.ufjf.br>>. Acesso em: 6 ago. 2008.

³⁴ É a arte de empregar a tropa em ações e operações policiais militares.

³⁵ É o conjunto de métodos usados para a execução das atividades policiais militares.

³⁶ LOPES, Andréia Roloff. Polícia e política: relações Estados Unidos/América. *História: questões & debates*. Curitiba, n. 40, p. 244, 2004.

³⁷ Ibid., p. 245.

Essa assertiva demonstra que a formação de uma polícia especial brasileira, como tropa treinada e com objetivos políticos, teve influência da Academia do FBI em Washington, na consolidação da política norte-americana anticomunista. Mas como surgiu o serviço de rádio patrulha na polícia brasileira? O serviço de rádio patrulha irá aparecer primeiramente com a Polícia Militar? Qual foi o modelo adotado e adaptado pela Polícia Militar brasileira na construção desse serviço de patrulhamento com rádio-comunicação?

1.2 A criação da Rádio Patrulha

Após a Segunda Guerra Mundial, foi eleito no Brasil o general Eurico Gaspar Dutra. O governo dele “irá ligar-se estreitamente à estratégia norte-americana”.³⁸ Tal política calcava-se nos pressupostos ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, “tendo como modelo o *National War College* dos EUA. A ESG baseava suas concepções no binômio segurança e desenvolvimento”.³⁹ Segurança essa que significava uma doutrina anticomunista. Ratificando isso, Paulo Braga declarou que “o marechal Dutra, que sucedeu a Vargas em 1946, abriu a economia ao capital estrangeiro, criou a ESG e estabeleceu a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos”.⁴⁰ Mesmo antes desse período assinalado, vários Oficiais brasileiros que haviam participado da campanha da Itália foram enviados aos Estados Unidos para treinamento, de onde voltaram com novas idéias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país. Os Oficiais, influenciados pelos acontecimentos da Segunda Guerra e decididamente opostos a Vargas, a quem consideravam como chefe de um regime neofacista, conspiraram contra ele.⁴¹ A influência das políticas de segurança norte-americanas no que tange ao treinamento de Oficiais brasileiros começará se estabelecer a partir de 1946, consolidando-se de forma mais intensa na década de 1960, já no período da ditadura militar brasileira.

³⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 199.

³⁹ Ibid., p. 199.

⁴⁰ BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 51, jul./dez. 2002.

⁴¹ Ibid., p. 51.

Em 1948, foi criado, na cidade do Rio de Janeiro, o serviço de rádio patrulha para pronto atendimento das ocorrências policiais, operado por integrantes da extinta Polícia Especial,⁴² com a utilização de viaturas Chevrolet, modelo sedan de luxo. Essa Corporação desenvolveu a fidelidade ao governo, a hierarquia, a disciplina e o aprimoramento profissional.⁴³ Portanto, a gênese da Rádio Patrulha, que é o policiamento ostensivo com o apoio de viaturas e rádio-comunicação, ocorreu como um desdobramento técnico daquela que foi a Polícia Especial do Rio de Janeiro. Porém, segundo o Capitão Hélio Tenório dos Santos, historiador da Polícia Militar de São Paulo, a comunicação via rádio surgiu no Brasil em 1935, quando seis carros da Guarda Civil paulista foram equipados com telégrafo. Eis aí o embrião da comunicação entre viaturas policiais. O serviço de rádio patrulha surgiu como uma novidade, um tipo diferenciado de patrulhamento das ruas da cidade. Para operar tal serviço precisava-se de treinamento e métodos definidos, bem como de um pessoal com características físicas adequadas para esse fim. E de onde veio esse modelo para o Brasil?

De acordo com um projeto de radiopatrulhamento padrão da Polícia Militar de São Paulo,

a radiopatrulha é a tônica de organização dos sistemas operacionais das polícias americanas, que de há muito sentiram a maior produtividade dessa modalidade. Nos EUA, as patrulhas estão padronizadas, tanto nos veículos quanto nos equipamentos, e têm apoio em viaturas especiais (carros de preso, guinchos, veículos especiais) e grupos táticos especiais tipo SWAT (*Special Weapons and Tactics*).⁴⁴

Desse modo, as características dos equipamentos e viaturas do serviço de rádio patrulha americano são carros grandes, de quatro portas, tendo a parte de trás separada por vidro de segurança ou tela (nylon ou metálica), destinada ao transporte de pessoas detidas ou feridas. No porta-malas são guardados kits de pronto-socorrismo. Nas portas são geralmente alojadas lanternas, pares adicionais de algemas, talões para anotações e pequenos objetos. No painel, encontramos o rádio da viatura e, ao lado, sempre há um *shotgun* (escopeta) calibre 12, que é uma arma de tradicional emprego pela polícia, além dos revólveres calibre 38 dos patrulheiros.⁴⁵

⁴² A Polícia Especial foi extinta em 1945 por ocasião do fim do Estado Novo. Ver <<http://www.defesa.ufjf.br>>.

⁴³ POLÍCIA Especial em ação. Rio de Janeiro: DFSP, 1957. Disponível em: *Wikipédia*, enciclopédia eletrônica. p.1.

⁴⁴ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comando Geral. Estado Maior. Projeto radiopatrulhamento padrão, 1987. p. 51.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 52.

Isso demonstra que o policiamento ostensivo diário pode ser entendido como um instrumento de métodos e tecnologia. A Rádio Patrulha é um policiamento com tecnologia, e a polícia brasileira adaptou esse tipo de serviço operacional à sua realidade social e histórica.

Então, a Rádio Patrulha no Brasil surgiu no contexto da política internacional norte-americana que atuava como “mecanismo para ganhar controle sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários”,⁴⁶ assim como era o Brasil um dos seus aliados, sobretudo no governo Dutra. Uma vez que a “base da organização do sistema operacional de uma polícia americana é o carro de radiopatrulha”.⁴⁷

A base da especialização da polícia brasileira foi a polícia do Rio de Janeiro, à época capital federal. A polícia carioca foi o modelo que transmitiu às outras polícias congêneres a idéia de uma profissionalização no que diz respeito ao treinamento técnico e a inserção de tecnologia no serviço de patrulhamento do espaço urbano das principais cidades brasileiras. Um exemplo disso foi a criação da primeira unidade operacional, utilizando veículos dotados de rádio-comunicação, na Polícia Militar de Pernambuco. Em 25 de agosto de 1951, foi inaugurada a Companhia de Vigilância de Rádio Patrulha, por ato do governador daquele Estado, Agamenon Magalhães, sendo um dos principais responsáveis pela sua criação o Coronel Roberto Pessoa, à época Comandante Geral dessa Corporação. Em 1974, por força de lei estadual, a Rádio Patrulha pernambucana passou a denominar-se de Batalhão de Polícia de Rádio Patrulha – BPRp, com o intuito de garantir a manutenção da ordem e a tranquilidade pública num serviço operacional diário.⁴⁸

Segundo o Manual Básico de Policiamento Ostensivo, a Rádio Patrulha

pode ser considerada qualquer atividade de policiamento ostensivo, não importando o meio de deslocamento utilizado (processo), podendo ser a pé, a cavalo, de bicicleta, embarcado, aéreo, aonde o patrulheiro – o policial militar – está em permanente contato com uma central de operações que exerce a sua coordenação e controle, fazendo policiamento ostensivo preventivo e ou atuando de forma repressiva no combate ao crime e contravenções. Historicamente, pela forma como foi criada a radiopatrulha, tem-se entendido este conceito como sendo exclusivo para as atividades motorizadas a quatro rodas, mas temos

⁴⁶ LOPES, Andréia Roloff. Polícia e política: relações Estados Unidos/América. *História: questões & debates*, p. 243.

⁴⁷ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comando Geral. Estado Maior. Projeto radiopatrulhamento padrão, 1987. p. 52.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.militar.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008.

também outras conotações como a própria motocicleta que realiza radiopatrulhamento motorizado.⁴⁹

Isso é o conceito moderno de rádio patrulha em toda sua complexidade. Outrossim, existe o símbolo da Rádio Patrulha, além de suas viaturas e equipamentos, que é o uso do braçal pelos seus patrulheiros (no qual se lêem e se vêem as iniciais RP, transpassado por um raio e inserido dentro de um losango). A equipe de policiais da Rádio Patrulha é denominada de guarnição, que é a fração⁵⁰ que atua no processo de policiamento motorizado, composta, no mínimo, de dois patrulheiros, sendo um deles o motorista. E a experiência recomenda, para o radiopatrulhamento, turno de serviço não superior a oito horas.⁵¹

Portanto, a Rádio Patrulha construída como uma unidade diferenciada e especializada a partir dos modelos norte-americanos, porém adaptada à realidade brasileira, surgiu como desdobramento daquela que foi a Polícia Especial do Rio de Janeiro. Essa unidade policial motorizada permitiu à Polícia Militar brasileira se tornar cada vez mais visível no espaço urbano das principais cidades, seja no combate aos distúrbios populares pelo medo das elites ao fantasma do comunismo, seja na repressão dos grupos sociais marginalizados, os quais eram considerados perturbadores da tranqüilidade pública. Assim, a Rádio Patrulha se constituiu num instrumento eficaz e necessário do Estado, quando a elite política brasileira procurava reprimir os grupos divergentes. Não era de se estranhar a criação dessas unidades policiais, nos vários Estados da Federação, por ato do poder executivo estadual.

⁴⁹ GUIMARÃES, Laerte; MOREIRA, Juceli (Org.). *MBPO ampliado e atualizado*. Porto Alegre: Polost Editora: APESP, 2001. p. 154-155.

⁵⁰ *Fração elementar* (fração de tropa, de até três policiais militares).

⁵¹ GUIMARÃES, Laerte; MOREIRA, Juceli (Org.). Op. cit., p. 154-155.

2 A RÁDIO PATRULHA NA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE

2.1 Antecedentes históricos

Há uma escassez da produção historiográfica sobre a Polícia Militar norte-rio-grandense. Na obra do escritor Rômulo Wanderley, em *História do Batalhão de Segurança*, verifica-se o registro memorialista de alguns eventos históricos em que a Corporação participou no período das décadas de 1920 e 1930. Percebe-se, na obra do referido autor, uma narrativa linear e evolutiva, identificando os fatos mais relevantes dessa instituição militar, como o combate à Coluna Prestes no Maranhão em 1925, o enfrentamento do bando de Lampeão em 1927 no atual município de Marcelino Vieira-RN, a participação no combate aos revoltosos paulistas em 1932 e a resistência aos integrantes do levante comunista de 1935 em Natal.⁵² A partir da documentação pesquisada, podemos afirmar que a Polícia Militar era, sobretudo, uma tropa aquartelada, a qual aparecia de vez em quando para a manutenção da ordem vigente. A preocupação das autoridades policiais era manter a segurança das instituições estatais. Mesmo na PM, constituindo-se fundamentalmente uma tropa aquartelada, havia um patrulhamento do espaço urbano de Natal, em que o principal meio de deslocamento do efetivo policial era o cavalo⁵³, uma vez que o veículo motorizado ainda não fazia parte dos meios para um policiamento ostensivo na cidade.

Desse modo, o autor Sairo Silva observou que as forças policiais, no começo do século XX, realizavam o patrulhamento, “mas sob a perspectiva de atuação mais voltada para a questão da segurança territorial, não existindo a intenção mais ampla e significativa de segurança pública e de defesa do cidadão”.⁵⁴ Até porque a “defesa do cidadão” é bem recente, uma vez que uma discussão mais ampla surgiu a partir da Carta Constitucional de 1988.

Além disso, quando se lança luz sobre a formação técnica na Polícia Militar no início do século XX, percebemos que havia um treinamento limitado e precário. Assim como no contexto nacional, a Corporação potiguar, no período assinalado, tinha também uma incipiente formação técnica, a qual estava atrelada à formação militar do Exército Brasileiro. Em 1929, para

⁵² WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança*: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968. Natal: Edições Walter Pereira S/A, 1969.

⁵³ Ibid., p. 24-31.

⁵⁴ SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva*: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar. Tese (Doutorado em Educação). UFRN. CCSA. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2007.

exemplificar tal observação, o governo de Juvenal Lamartine baixou uma lei estadual em que permitiu o ingresso na Polícia Militar de Sargentos do Exército, os quais deveriam possuir o Curso Superior de Infantaria. Os referidos graduados já entravam na Corporação como Aspirantes a Oficial. Em 1936, teve início na instituição policial-militar o primeiro Curso de Candidatos a Oficial. No ano seguinte, foram aspirantados 14 Alunos Oficiais.⁵⁵ No entanto, no que diz respeito ao patrulhamento das ruas, ao serviço policial militar propriamente dito, não havia uma formação técnica para o grosso da tropa, compreendendo Cabos e Soldados.

Como frisado no capítulo anterior, depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos exerceram uma liderança mundial nos países do Ocidente, principalmente no Continente Sul-Americano. A política anticomunista norte-americana torneou as políticas de segurança interna dos países beneficiários como o Brasil. Sobre a referência estadunidense na polícia ostensiva, Sairo Silva ressaltou que

No percurso até a polícia ostensiva de hoje tem grande influência a história da polícia americana do final do século XVIII e século XIX em diante. De influência marcante sobre a realidade mundial, inclusive nas questões de segurança pública, percebe-se que o modelo atual brasileiro marcado pelo fator ostensividade e pela atuação reativa obedece de certa maneira e em algumas peculiaridades à referida experiência.⁵⁶

A especialização da Polícia Militar brasileira percorreu um processo de amadurecimento em que adotou o modelo americano, todavia, na sua origem predominou a polícia ostensiva sob a égide militar, calcada na hierarquia e disciplina.⁵⁷ E a Polícia Militar potiguar só começou a participar dessa realidade ora discutida a partir da década de 1960, durante a ditadura militar de 1964.

Como ocorreu a especialização no serviço de polícia ostensiva na Corporação norte-riograndense? O que foi a Rádio Patrulha do ponto de vista da instituição policial-militar por meio da documentação produzida pela própria Corporação? Quais foram as transformações causadas pela inserção e ampliação dessa polícia ostensiva motorizada com rádio-comunicação? É o que veremos nos tópicos seguintes.

⁵⁵ WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968*, p. 149-151.

⁵⁶ SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar..* Tese (Doutorado em Educação). UFRN. CCSA. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2007.

⁵⁷ Ibid., f. 39.

2.2 A criação da Companhia de Rádio Patrulha potiguar

Em 1964, a ruptura constitucional no Brasil representou uma reação aos compromissos dos grupos trabalhistas com as esquerdas no clima da Guerra Fria. O golpe militar foi também contra o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sua prática política e suas lideranças, pois os setores militares passaram a vê-lo como um inimigo a ser combatido.⁵⁸ Dois órgãos brasileiros que surgiram na década de 1960 e se alinharam à política anticomunista internacional foram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, fundado em 1962 e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Este último recebia orientação da CIA para defender junto à sociedade o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. E o IPES representou os grupos mais conservadores e anticomunistas, os quais contribuíram para a derrubada do governo de Goulart.⁵⁹ Sobre os novos rumos estabelecidos no Brasil após a ruptura constitucional naquele ano, Jorge Ferreira observou que:

Não casualmente a queda de Goulart foi seguida pelo declínio político dos trabalhistas, com vários parlamentares cassados e, mais tarde, com a própria extinção do partido, bem como pela grande repressão ao movimento sindical, com intervenções em diversas entidades, prisões e cerceamento das liberdades básicas, como o direito de greve.⁶⁰

No Rio Grande do Norte, o governador Aluísio Alves definiu-se pelo apoio ao golpe deflagrado pelos grupos conservadores e anticomunistas. O governador assumiu com os militares o poder da ditadura no Estado. A partir do Ato Institucional com as leis de exceção, Aluísio criou em seu governo uma Comissão de Investigações e contratou, no Estado de Pernambuco, dois policiais especializados, inclusive um deles fora treinado no FBI, nos Estados Unidos, a fim de procederem com investigações sobre os suspeitos de praticarem atos de subversão.⁶¹ Ainda sobre o governo desse líder político potiguar, Henrique Alonso Pereira fez a seguinte observação:

[...] aquela liderança implementou um projeto de desenvolvimento ligado aos interesses norte-americanos. Calcado nas verbas provenientes da “Aliança para o

⁵⁸ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 400.

⁵⁹ Ibid., p. 360.

⁶⁰ Ibid., p. 400.

⁶¹ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004, p. 32-34.

Progresso”, Aluísio desenvolveu importantes realizações em diversos setores da administração estadual, especialmente no que se refere à implantação de uma infra-estrutura que procurava proporcionar desenvolvimento econômico. Por trás desse projeto de modernização, havia o interesse americano, corroborado e ratificado pelo governo Aluísio Alves, de conter o “perigo” comunista.⁶²

Sendo assim, devido ao alinhamento do governo Aluísio Alves com os grupos ligados ao capital estrangeiro, sobretudo americano, esse líder político apoiou o golpe civil militar de 1964. Ele ajudou a estabelecer a nova ordem, rompendo com as suas feições populistas assumidas durante a campanha de 1960.⁶³

No contexto desse “projeto de modernização”, verificamos a partir dos fatos ocorridos que as forças policiais - depois da implantação do regime de exceção - precisaram ser ampliadas e especializadas, a fim de potencializarem o sistema repressor do Estado no combate à subversão. Nesse mesmo período, foi criado na Polícia Militar potiguar o primeiro grupo especializado no policiamento ostensivo motorizado utilizando rádio-comunicação.

Esse tipo de policiamento ostensivo, no que diz respeito ao patrulhamento das ruas com o apoio de viaturas e rádio-comunicação, já havia sido implantado primeiramente no Rio de Janeiro e também em outros Estados, como em Pernambuco, o que já foi destacado no capítulo anterior. Desse modo, a Polícia Militar potiguar, a partir desses modelos já estabelecidos, implantou e adaptou esse novo policiamento à realidade da cidade de Natal.

O projeto para implantação da Rádio Patrulha teve início em março de 1965, quando uma reunião na Secretaria de Estado do Interior e Segurança Pública entre o Secretário de Segurança da época General Ulisses Cavalcanti e o Comandante Geral da Polícia Militar Coronel Milton Freire decidiu a criação desse novo policiamento na cidade de Natal. Então, após a escolha dos Oficiais 1º Tenente PM Domilson Damázio da Silva e 2º Tenente PM José Freire Sobrinho para o comando da Rádio Patrulha, ambos foram ao Rio de Janeiro, na época Estado da Guanabara, com o objetivo de participarem de um estágio na Rádio Patrulha carioca, o que durou cerca de 20 (vinte) dias. Esses Oficiais potiguares trouxeram de lá os manuais e documentos necessários à execução do trabalho operacional a ser desenvolvido no Rio Grande do Norte.⁶⁴ Segundo Domilson Damázio, que foi o primeiro Comandante da Rádio Patrulha:

⁶² PEREIRA, Henrique Alonso. Memória política e populismo no Rio Grande do Norte. In: MORAIS, Grinaura Medeiros de; DANTAS, Eugenia. *Livro de memórias*. João Pessoa: Idéias, 2006.

⁶³ Ibid., p. 188.

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

Com apenas três meses previstos para sua inauguração, cuidamos inicialmente de formar a nossa equipe de trabalho (Oficiais Subalternos e Praças), a infraestrutura da Companhia de Rádio Patrulha a ser criada (local de instalação, alojamento, equipamento, fardamento diferenciado, armamento, viaturas caracterizadas etc.), além da seleção das praças (Soldado PM) para composição do efetivo de 40 (quarenta) homens a serem incorporados na PMRN, destinados à RP, tudo isto já no mês de março de 1965.⁶⁵

Conforme o Boletim Diário da Polícia Militar, que transcreveu a Lei Estadual nº 3.252, datada de 4 de novembro de 1965, a Rádio Patrulha foi criada com o objetivo de “manter vigilância em Natal, e nas áreas pouco policiadas, realizar intervenções policiais de caráter urgente e atender ocorrências em geral nas quais sua presença seja reclamada ou se faça necessária para assegurar o respeito à Ordem Pública”.⁶⁶

No parágrafo único da referida lei de criação, observa-se que a Companhia de Rádio Patrulha tinha que exercer suas atribuições em permanente entendimento com as autoridades da Secretaria de Estado do Interior e Segurança.⁶⁷ A Rádio Patrulha estava subordinada operacionalmente a essa Secretaria de Estado.⁶⁸ Já havia um serviço de mesma natureza ligado a essa Secretaria, no âmbito da Polícia Civil.

A escolha do Oficial Domilson para assumir o comando da Rádio Patrulha explica-se também pelo seu preparo intelectual e físico. O referido militar foi o primeiro lugar em sua Turma de Oficiais em 1962. Um ano depois, o então 2º Tenente Domilson foi indicado para realizar o Curso Superior de Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército Brasileiro, localizada no Forte de São João, Rio de Janeiro. Esse curso durou cerca de 10 meses e, em dezembro de 1963, Domilson obteve um aproveitamento considerado “Muito Bom”.⁶⁹ Como já declarado anteriormente, o efetivo selecionado para compor esse novo policiamento na Corporação precisava ter um bom preparo físico. Naquele contexto, o Tenente Domilson preenchia todas as exigências para comandar tal projeto policial-militar. Esse Oficial já era atleta do futebol de salão e do basquete desde os seus 11 anos de idade. E após o seu retorno do Rio de Janeiro em 1963, foi implantada na Polícia Militar potiguar a prática de educação física regular.⁷⁰

⁶⁵ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁶⁶ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 245, 9 nov. 1965.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ibid.

No entanto, a especialização na Corporação potiguar teve início apenas no ano de 1965. A tropa já tinha a prática de educação física regular, a qual tinha sido estabelecida desde o início de 1964, cujo Oficial responsável era o então Tenente Domilson.

A Companhia de Rádio Patrulha (CRP) foi criada de fato no dia 1º de junho de 1965, conforme a Nota de Serviço nº 03 da Polícia Militar que regulou a solenidade de inauguração do “Policimento Motorizado (Rádio Patrulha)”.⁷¹ Sobre esse dia, o então Soldado, recém incorporado a Polícia Militar, Antonio Ramos declarou o seguinte:

A sua inauguração ocorreu no dia 1º de junho de 1965. Essa inauguração deu-se exatamente dentro do Quartel do Comando Geral, em uma das instalações que fica do lado esquerdo do prédio. [...]. Com a presença do Governador da época Aluizio Alves e do Comandante Geral Coronel Milton Freire. Foi uma coisa rápida, mas bem importante, porque foi um marco na história da gloriosa Polícia Militar. Eu fui escalado, nesse primeiro dia de serviço, como locutor, que fazia aquela comunicação com as viaturas, dando ordens, orientação e tirando as dúvidas também porque nós saímos da teoria e agora estávamos entrando na prática.⁷²

Inicialmente essa Companhia recebeu da Secretaria de Estado do Interior e Segurança Pública uma frota de 6 (seis) veículos, ou seja, 5 (cinco) viaturas tipo Rural e 1 (um) Jeep, o qual servia para o trabalho de fiscalização efetuado pelos Oficiais Subalternos, Sargentos e até mesmo pelo próprio Comandante dessa Companhia operacional. E sobre o funcionamento do serviço diário, Domilson registrou o seguinte:

Mister se faz esclarecer que, para o desenvolvimento do serviço dispúnhamos de uma Central de Operações na sede da RP, com telefones fixos e rádio-comunicação nas viaturas, integradas ao Comando Geral da PMRN e Secretaria do Interior e Segurança Pública a quem éramos subordinados operacionalmente como acima informado, no propósito do acompanhamento e fiscalização concomitante de todas as atividades desenvolvidas diuturnamente, com pessoal interno e externo devidamente qualificado na área.⁷³

As viaturas, tipo Rural, tinham uma guarnição composta de 1 (um) Cabo, o comandante, 1 (um) Soldado motorista e 2 (dois) Soldados patrulheiros. O quadro de pessoal previsto para a Rádio Patrulha estava assim distribuído: Oficiais (um Capitão, um 1º Tenente e dois 2º Tenente);

⁷¹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 118, 31 maio 1965.

⁷² Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

⁷³ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

Praças (um Subtenente, um 1º Sargento, dois 2º Sargento, quatorze 3º Sargento, trinta e seis Cabos, dois Soldados corneteiros e sessenta e nove Soldados) e Especialistas (dois Subtenente, um 2º Sargento, um Cabo e vinte Soldados).⁷⁴ No final de 1965, a RP apresentava um efetivo de 64 (sessenta e quatro) homens, 2 (dois) Oficiais, 7 (sete) Sargentos, 6 (seis) Cabos e 49 (quarenta e nove) Soldados.⁷⁵ No início dos anos de 1970, o efetivo já contava com cerca de 300 (trezentos) homens. Isso demonstra que o início da especialização na Polícia Militar norte-rio-grandense foi a inserção da Rádio Patrulha, a qual foi a base, o marco inicial, do policiamento ostensivo com tecnologia que conhecemos em nossa contemporaneidade. A referida Companhia foi introduzida na área de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo também de ampliar o complexo sistema repressor, no contexto do regime ditatorial imposto em 1964. A despeito disso, como atuou a Rádio Patrulha do ponto de vista da documentação da Polícia Militar? Será que a RP atuou simplesmente no combate ao considerado crime político? Que transformações ela trouxe para a Corporação?

2.3 A Rádio Patrulha no cotidiano da Polícia Militar

Em meados dos anos de 1960, a Polícia Militar potiguar tinha um efetivo de 2.072 (dois mil e setenta e dois) homens.⁷⁶ Com a inserção da Rádio Patrulha como uma Subunidade operacional motorizada, precisava-se recrutar homens com um certo perfil para compor as fileiras dessa nova tropa. O ingresso de praças na CRP se dava por meio da inclusão de reservistas voluntários na Polícia Militar, os quais já eram inseridos na Companhia de Instrução, e de policiais que eram movimentados de outras unidades para a Rádio Patrulha. Com o intuito de incluir reservistas voluntários, o Comando da PM baixava as seguintes normas: o voluntário tinha que ser brasileiro, saber ler e escrever, ser reservista de 1ª ou 2ª categoria, com a idade de até 28 anos incompletos, ter altura a 1,58m, descalço, e haver sido julgado apto em inspeção de saúde, entre outros.⁷⁷ Durante os primeiros anos de serviço da Rádio Patrulha, houve movimentações de praças para incrementar o seu efetivo. O reservista voluntário ao ingressar na Corporação era

⁷⁴ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 245, 9 nov. 1965.

⁷⁵ WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968*, p. 133.

⁷⁶ Ibid., p. 157.

⁷⁷ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 2, 3 jan. 1970.

encaminhado para o treinamento na Companhia de Instrução e, logo em seguida, poderia ficar à disposição do novo serviço de policiamento ostensivo.

Passam à disposição da Companhia de Rádio Patrulha, os Soldados nº 67-006 Joaquim Antônio da Silva, 67-007 José Pedro dos Santos, 67-034 Antônio Pedro da Silva, 67-068 Sebastião Pedro de Araújo, 67-084 José Targino dos Santos, 67-086 Antônio Matias Soares, pertencentes à Companhia de Instrução; e como excedentes os Soldados nº 66-079 Francisco Dionísio Alves, 67-005 José Manuel Liberato, 67-035 Antônio Soares da Silva, 67-060 Geraldo Antônio Pereira, pertencentes, também, à Companhia de Instrução.⁷⁸

Havia, outrossim, a movimentação de efetivo por necessidade do serviço específico da Rádio Patrulha, quando esta necessitava de policiais qualificados em atividades no policiamento ostensivo com tecnologia. Esses policiais não ficavam mais à disposição da Companhia, mas doravante fazendo parte do efetivo da mesma.

Transferência de praças – qualificação

Por necessidade do serviço, transfiro da Companhia de Instrução para a Companhia de Rádio Patrulha: o Soldado nº 67-006 Joaquim Antônio da Silva, que fica qualificado como locutor central do Centro de Controle e Segurança; o Soldado nº 67-007 José Pedro dos Santos, que fica qualificado como auxiliar do serviço de manutenção de rádio do referido Centro; o Soldado nº 67-034 Antônio Pedro da Silva, que fica qualificado como lubrificador do serviço de manutenção auto da Seção de Transporte Auto.⁷⁹

Desse modo, verificamos a composição do efetivo da Rádio Patrulha do ponto de vista da organização do Comando da Polícia Militar. Entretanto, mesmo a Corporação exigindo que o reservista voluntário soubesse ler e escrever, a realidade vivida era bem diferente, pois a maioria dos homens que ingressavam na PM eram semi-alfabetizados. Daí existia um desafio para o novo policiamento motorizado: qualificar o patrulheiro para que este pudesse desempenhar suas funções propostas e saber lidar com a tecnologia da época no fazer patrulhamento diário nas ruas da cidade. Segundo o primeiro Comandante da RP ao se referir a esse desafio ora discutido, declarou o seguinte:

⁷⁸ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 75, 5 abr. 1967.

⁷⁹ Ibid., n. 79, 10 abr. 1967.

Quando das instruções, nos deparamos com dificuldades, dentre elas a semi-alfabetização dos selecionados, pois em sua maioria (60% ou 70%) vinham do interior do Estado, tolhidos da vida e experiência da Capital, das coisas elementares tais como próprio o asseio corporal, o uso do sanitário e calçado, forma de vestir, cuidado na aparência, enfim, diante de suas culturas e formação rural, tivemos que reeducá-los, trabalho esse feito com muita paciência, carinho e dedicação com o nosso pessoal de apoio.⁸⁰

Além disso, foi estabelecido um quadro semanal de instruções para o efetivo da Companhia, as quais tinham o objetivo de aperfeiçoarem técnica e fisicamente a tropa. Dessa forma, os patrulheiros foram treinados em Ordem Unida, Educação Física (prática de esporte), Polícia (Ação da Rádio Patrulha), Instrução Geral, Armamento e Tiro, Português, Matemática, Geografia e Higiene Militar.⁸¹ Entre 1965 e 1967, o comando da Companhia procurou minimizar os problemas de semi-alfabetização do efetivo em que redobrou as instruções com o apoio da Secretaria de Educação do Governo do Estado. A partir daí, foi criada a “Escola Regimental da Rádio Patrulha” com o objetivo de alfabetização dos patrulheiros.⁸²

O profissionalismo nas ocupações ligadas à função policial ostensiva está relacionado ao estabelecimento do salário mantido pelo Estado e a capacitação técnica para o trabalho através de instruções com enfoque mais voltado à formação militar.⁸³

A Rádio Patrulha se constituía, assim, de uma tropa diferenciada na Corporação, e a Secretaria de Segurança concedeu uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o soldo dos patrulheiros, para incentivá-los nesse serviço.⁸⁴ Segundo Antonio Ramos, que ingressou na Polícia Militar como reservista voluntário (vindo do Exército Brasileiro) em 19 de março de 1965, o expediente para os patrulheiros na fase de preparação começava das 13h00 às 17h00. O efetivo das outras unidades cumpria o expediente das 06h30 às 12h00. Foram contratados dois professores civis para ministrarem instruções na prática do Karatê e Jiu-Jitsu. Além do mais, os Sargentos da RP ministravam instruções a partir dos manuais sobre rádio-comunicação. Entre os equipamentos para o policiamento ostensivo estava o bastão de madeira, pois os patrulheiros

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁸¹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 124, 8 jun. 1966.

⁸² Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁸³ SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar*, f. 91.

⁸⁴ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 245, 9 nov. 1965.

foram treinados para usarem-no, além do revólver calibre 38, um bastão com o punho raiado e cordão de nylon. Esse tipo de armamento era utilizado quando necessário para o controle de distúrbios. Em caso de tumulto em via pública, os patrulheiros estavam treinados para saber entrar, dispersar ou impedir uma multidão.⁸⁵ Para distinguir os integrantes da RP, foi estabelecido também o uniforme diferenciado do restante da Polícia Militar.

Nós usávamos um blusão cáqui por fora da calça, com botões pretos, aberto um pouco à altura da gola, um cinto preto com a cartucheira e mais o revólver. Os coturnos tinham cadarços brancos de nylon, assim como o dorsal. Também tínhamos o braçal branco em que estava escrito RP com um raio entre essas duas letras, que ficava do lado esquerdo.⁸⁶

Foi estabelecido um treinamento constante para o uso do armamento diferenciado próprio, isto é, “o bastão cacetete, o escudo, o gás lacrimogêneo, o revólver 38 (posteriormente foi criado um *stand* de tiro dentro do Quartel do Comando Geral sob a orientação de Oficiais PM), além do emprego do veículo na abordagem operacional isolado e/ou em missões especiais” com sua guarnição.⁸⁷

Os patrulheiros tinham alojamentos, banheiros independentes com divisões para Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados. A alimentação era feita no próprio Quartel do Comando Geral nos horários normais do restante da tropa. A Central de Controle e Segurança coordenava o deslocamento das viaturas do ponto base para o quartel, a fim de que os policiais patrulheiros pudessem fazer suas refeições. À noite, a partir das 22h00, as guarnições que estavam de serviço no patrulhamento das ruas da cidade podiam fazer um lanche num restaurante localizado no bairro da Ribeira. No final do mês, a Secretaria de Segurança efetuava o pagamento dessas despesas. Em 1968, o Comando da PM restabeleceu uma refeição noturna para o efetivo de serviço:

MERENDA NOTURNA – Restabelecimento.

Para as guarnições do quartel, da CRP e Prontidão do Corpo de Bombeiros, fica restabelecida a merenda noturna, a partir de 1º de maio vindouro, a ser fornecida pelo Rancho à base de 2 (dois) ovos cozidos, pão com manteiga e café, no valor *per capita* de Cr\$ 0,36 (trinta e seis centavos de cruzeiros).⁸⁸

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁸⁸ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 99, 30 abr. 1968.

Percebemos que a refeição dos policiais de serviço não era compatível com o esforço físico despendido por eles. As escalas compreendiam 24/48 (vinte e quatro por quarenta e oito) horas, ou seja, o policial passava um dia inteiro de serviço, tendo os seus horários de descanso que poderia ser, no mínimo, de duas horas e dois dias de folga. Nessa folga, ele estava no quartel para cumprir expediente, instrução e/ou escalas de serviço extras. Os patrulheiros participavam dos cursos de aperfeiçoamento da Companhia nos horários de folga do serviço operacional.

As viaturas identificadas em RP-1, RP-2 e assim por diante, cada qual composta de uma guarnição, obedeciam a normas de serviço, pois na ausência de chamadas da população controladas pela Central de Operações, preventivamente, cobriam áreas determinadas nos principais bairros da Capital, como Ribeira, Grande Ponto, Alecrim, além de outros quando necessário diuturnamente.⁸⁹

Os locais designados para as viaturas na condição acima apresentada eram denominados de Ponto Base, os quais eram de vez em quando modificados. No Alecrim, as viaturas ficavam à Praça Gentil Ferreira; na Cidade Alta, ficavam na Avenida Rio Branco com a Avenida João Pessoa; e na Ribeira, elas estavam na Avenida Duque de Caxias, próximo ao antigo Terminal Rodoviário. Assim, as viaturas ficavam de prontidão aguardando qualquer comunicação da Central de Operações.⁹⁰

A RP estava subordinada diretamente à Central de Operações, localizada no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar. Então, todo pedido de providências vindo da população deveria ser atendido com solicitude, até mesmo os de menor importância. A solicitação de um popular iria acionar a Seção de Operações Policiais, a qual, quando de seu funcionamento, cumpriria as seguintes etapas:

- 1- Central Telefônica (o telefonista atendia a chamada, registrava e encaminhava ao localizador);
- 2- Mapa de Localização e Controle (localizava a ocorrência, escalava a viatura e encaminhava a mensagem ao dirigente do Policiamento);
- 3- O Dirigente do Policiamento transformava a mensagem em ordem de serviço e a encaminhava ao locutor;

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

4- O locutor transmitia a ordem de serviço à viatura escalada.⁹¹

Existiam quatro aparelhos telefônicos na Central daquela época. O primeiro número foi 1588 e depois passou a ser 190. As principais ocorrências registradas eram relativas à desordem, mormente nos finais de semana e, por conseguinte, a solicitação de auxílio da população. “O auxílio ao público, a polícia fazia na época que era mais comum levar mulheres grávidas para a Maternidade e até mesmo pessoas que sofriam algum acidente na rua. [...]. Pessoas doentes mentais, alterando dentro de casa, os familiares chamavam a Rádio Patrulha”.⁹²

Os patrulheiros foram habilitados também para as urgências no que diz respeito aos primeiros socorros e deslocamento para as unidades hospitalares. Eles foram treinados em cursos ministrados e orientados pela Diretoria de Saúde da Corporação, tendo à frente o seu diretor-geral Coronel PM Pedro Germano da Costa. Dessa forma, a população poderia acionar a RP através de um simples telefonema ou até mesmo abordar uma viatura na rua, que estivesse em deslocamento ou parada num ponto estratégico da cidade.⁹³ Percebe-se que a Companhia também assumiu em Natal uma função de assistência ao público, principalmente às comunidades pobres que não tinham acesso a um serviço de urgência e/ou atendimento rápido nas ocorrências policiais mais comuns da época que, como já dissemos, era a desordem, conforme destaca Antonio Ramos, patrulheiro nessa época e a própria imprensa natalense dos anos 60 (edições da Tribuna do Norte do mês de dezembro de 1968).

Além das instruções necessárias ao serviço operacional e assistência ao público natalense, havia a prática de educação física regular e o esporte como atividade de lazer e integração dos componentes dessa unidade policial, uma vez que foi criado o “Grêmio Recreativo e Esportivo” da RP para “incentivo e prática das equipes de futebol de campo e futebol de salão (futsal), em complementação à prática da educação física”.⁹⁴ O historiador Bretas destacou que a “existência de grupos musicais e bandas ou de esportes praticados coletivamente pelos policiais formam um importante elemento na construção da solidariedade”.⁹⁵ Uma das características desse tipo de policiamento ostensivo motorizado era o preparo físico da tropa, assim como foi a Polícia Especial no Rio de Janeiro. Na Rádio Patrulha potiguar, a semana do seu aniversário era

⁹¹ WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte de 1834 a 1968*, p. 132-133.

⁹² Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

⁹³ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 16.

também o momento da tropa demonstrar os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. Em 1967, pelo transcurso de 2 (dois) anos de trabalhos da RP, foi efetivada uma partida de futebol entre os patrulheiros e os bombeiros da Polícia Militar, em caráter amistoso.⁹⁶ No terceiro aniversário, em 1968, a RP comemorou estabelecendo uma programação em que trouxe futebol de salão para os patrulheiros e os policiais de outras unidades, como o Corpo de Bombeiros e a Companhia de Instrução; demonstração de defesa pessoal na quadra de esportes do Comando Geral; demonstração das diversas formas de identificar, revistar, deter e conduzir elementos; palestra sobre o tema “Local de crime”, que foi proferida pelo perito criminal Valdemar Calíope; palestra na Rádio Cabugi sob o tema “A Rádio Patrulha em Natal”, a qual foi proferida pelo Sargento Júlio; e a exibição de um filme campal para a Corporação.⁹⁷ Em 1969, o quarto aniversário foi comemorado com jogos de futebol; exibição de filme; palestra proferida pelo escritor Rômulo Wanderley; missa; demonstração de educação física e do Pelotão Elétrico, que apresentava evoluções de marcha sem precisar de uma voz de comando para orientá-lo na execução dessa ordem unida.⁹⁸ Em 1970, não foi registrada nenhuma comemoração.

A Rádio Patrulha, devido ao seu trabalho de especialização e treinamento constante, era acionada como uma tropa de elite daquela época para cumprir diversas missões no Rio Grande do Norte. Por ocasião do Movimento Estudantil em 1968, a Companhia criou entre os seus próprios integrantes, os quais foram devidamente selecionados, o Pelotão de Choque, a fim de enfrentar turbas e proteger o patrimônio estadual. O mesmo foi apresentado de surpresa com “fardamento caracterizado, equipamento e armamento específico”.⁹⁹ Outrossim, a RP era chamada para trabalhar no policiamento das campanhas eleitorais da época, em que envolviam “Dinartistas” e “Aluizistas”. Diante de qualquer radicalismo político, a Companhia estava lá para estabelecer a ordem e dirimir os confrontos em via pública.¹⁰⁰

Em 1967, foi outorgada a Constituição da República Federativa do Brasil em que se objetivou institucionalizar e legalizar o regime militar. No que tange às Polícias Militares, o texto constitucional lhes atribui a competência de manter a ordem e a segurança interna, sendo -

⁹⁶ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 119, 31 maio 1967.

⁹⁷ Ibid., n. 120, 27 maio 1968.

⁹⁸ Ibid., n. 120, 28 maio 1969.

⁹⁹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

¹⁰⁰ Ibid.

antes de tudo - forças auxiliares e reservas do Exército.¹⁰¹ Isso significava que a PM podia agir legalmente usando a força, como tropa auxiliar do Exército, para reprimir quaisquer pessoas que alterassem a ordem pública.

Naquele mesmo ano, o Boletim Diário da Corporação registrou a participação da RP no policiamento dos festejos carnavalescos. Ela cobriu o policiamento dos Clubes América, Aero-Clube, ABC e Palácio dos Esportes, destacando uma viatura para cada um deles.¹⁰² Em dezembro do referido ano, a Rádio Patrulha enviou 15 (quinze) policiais para reforçar o dispositivo de segurança em Mossoró por ocasião da visita do Presidente da República naquela cidade.¹⁰³ No Carnaval de 1970, a RP ficou com a missão de patrulhar as ruas da cidade e os locais de clubes. A Companhia trabalhou em conjunto com a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e com o Departamento Estadual de Trânsito (DET). As áreas preferenciais de policiamento foram: Alecrim (Praça Gentil Ferreira e adjacências, inclusive região da Avenida 15); Ribeira (Avenida Duque de Caxias e Rua 15 de Novembro); e Rocas (Rua São João e Rua Expedicionário José Varela e praias). A RP destacou uma guarnição por clube nos seguintes locais: Tirol Tênis Clube, América FC e ABC FC.¹⁰⁴

SERVIÇO DE POLICIAMENTO DO CARNAVAL DE 1970

(Período de 7 a 10 de fevereiro de 1970)

Participar da composição:

- de 5 patrulhas mistas, sendo 2 motorizadas e 3 a pé, constituída, cada uma, de 1 cabo e 2 soldados de cada Força Armada e de 2 soldados da PM RN, comandada por um sargento da Força Armada a cujo cargo estiver a patrulha;
- de um Grupo de Combate de Choque, em condições de ser empregado pelo Oficial Superior de Dia/Quartel Geral da ID/7 em qualquer ponto da cidade onde se fizer necessário;
- Rádio Patrulha – continuará sua missão normal, dando especial atenção aos locais dos Clubes e de casas de diversões, cooperando no transporte de presos ou detidos para as Delegacias. Porém, por iniciativa da Central, efetuar ronda nos locais vazios de policiamento efetivo.¹⁰⁵

¹⁰¹ Ver ARRUDA, Marcos; CALDEIRA, César. *Como surgiram as Constituições brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Projeto Educação Popular para o Constituinte, 1986.

¹⁰² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 27, 2 fev. 1967.

¹⁰³ Ibid., n. 14, 18 jan. 1968.

¹⁰⁴ Ibid., n. 24, 30 jan. 1970.

¹⁰⁵ Ibid., n. 30, 6 fev. 1970.

Os detidos eram conduzidos pela RP para a 1ª Delegacia, que compreendia os bairros do Centro, Petrópolis e Tirol, e para a 3ª Delegacia que cobria as áreas do Alecrim e Quintas.¹⁰⁶

Ainda no ano de 1967, foi montado o projeto para a implantação do Policiamento a Pé, realizado por dupla, a fim de complementar o Policiamento Motorizado, como já havia em outras Corporações policiais no Brasil. Então, a Secretaria de Segurança e o Comando da PM viabilizaram esse projeto no Rio Grande do Norte.¹⁰⁷ Coube ao comando da Rádio Patrulha selecionar e instruir o pessoal para essa nova atividade, o que causou um aumento significativo no efetivo da Companhia. A partir de 1968, a RP já se desdobrava em Pelotão de Policiamento Motorizado, Pelotão de Policiamento Ostensivo (PPO) e Pelotão de Trânsito (incluindo o setor de perícia). Cada um desses pelotões apresentava seu fardamento, equipamento e armamento próprios.¹⁰⁸

O PPO foi criado oficialmente em 21 de abril de 1968. Antonio Ramos, que na época já era 3º Sargento, trabalhou tanto na formação dos integrantes desse serviço, como no comando das duplas distribuídas no espaço urbano de Natal. A maioria dos policiais que formaram inicialmente o PPO viera das Forças Armadas, já sendo, desse forma, treinados na disciplina castrense. A formação desse pessoal esteve sob a responsabilidade dos Sargentos da RP. De acordo com as normas estabelecidas para tal atividade, cada dupla deveria ter a maior semelhança possível entre os dois indivíduos, tanto em cor, altura e físico. Segundo Ramos, essa semelhança permitiu à imprensa batizar as duplas de “Cosme e Damião”.¹⁰⁹ As duplas eram distribuídas por áreas no centro da cidade. Os policiais faziam um curso de patrulhamento definido, para que a população tivesse a impressão de que em cada esquina poderia encontrar uma dupla do PPO. Isso trouxe um incremento ao efetivo da Rádio Patrulha, porque essas duplas davam apoio ao policiamento motorizado. Da mesma forma das guarnições, os policiais do PPO tinham um ponto base provisório para o descanso. Eles paravam em determinados pontos da área definida, porém em constante prontidão. “A postura era sempre mãos para trás, peito erguido, barriga para dentro e os olhos atentos a qualquer movimento”.¹¹⁰ Eram escaladas seis duplas por dia e o rodízio para substituição daquelas que estavam no serviço era feito, de quatro em quatro horas, através de uma

¹⁰⁶ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 24, 30 jan. 1970.

¹⁰⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

¹¹⁰ Ibid.

viatura tipo Pick-Up. Inicialmente, as duplas se concentraram no bairro da Cidade Alta e, posteriormente, elas foram escaladas também para o bairro da Ribeira.

PELOTÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Chefe/Policiamento – 3º Sgt PM Ramos

Motorista – PM Mot. Arnóbio

Duplas n°s – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 23, 24, 25 e 26.¹¹¹

PELOTÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Chefe/Policiamento – 3º Sgt PM Cardoso

Motorista – PM Mot. J. Oliveira

Duplas n°s – 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20.¹¹²

Outra informação encontrada na documentação da Polícia Militar é o registro das punições disciplinares dos patrulheiros, em que se percebem as alterações no serviço, na folga e no trato com o público natalense. Então, sobre os pilares que norteiam a caserna, Sairo Silva declarou que:

Profissionalmente, congregando interesses, cultura e valores, o serviço policial militar tem na “Hierarquia e na disciplina militar” uma marca [...]. Por exemplo, numa das mais rotineiras atuações desse serviço, como a ação de presença ostensiva numa tarefa de vigilância ou patrulhamento, a “Hierarquia e disciplina militar” [*sic*] influencia desde os aspectos posturais ao aspecto da atenção vigilante. O policial militar em serviço ocupa a função, diga-se, de um agente de segurança pública ostensiva, mas, nessa situação básica de atuação, através de postura e iniciativa marciais, ou seja, numa conotação militar.¹¹³

Dito em outras palavras: o policial militar era compelido a observar a hierarquia e a disciplina para cumprir o fim esperado. Mas entre essa teoria e a prática no cotidiano havia as contradições, que foram registradas nas punições disciplinares. E a punição impetrada pela autoridade militar visava justamente o reforço da disciplina. Corroborando com isso, o autor Holloway, que analisou o funcionamento institucional da Polícia Militar do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, relatou o seguinte: “O controle do comportamento dos soldados por meio de seus oficiais superiores é um exemplo claro da disciplina militar e do *esprit de*

¹¹¹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 94, 24 abr. 1968.

¹¹² Ibid., n. 95, 25 abr. 1968.

¹¹³ SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. *Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar*, f. 84-85.

corps”.¹¹⁴ Dessa forma, os Oficiais eram chamados a impor uma disciplina interna que pusesse freio nas ações dos patrulheiros, a fim de defender sua honra e a reputação da Corporação.¹¹⁵

A punição é a resposta às transgressões disciplinares. De acordo com o Regulamento da Polícia Militar, transgressão “é qualquer violação da ética, dos deveres e das obrigações policial-militares, [...] e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatutários em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime”.¹¹⁶ As transgressões são classificadas em leve, média e grave, esta última quando afeta o “sentimento de dever, a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe”.¹¹⁷ Naquela época, a emissão das punições, baseadas na legislação da PM, era feita através de um documento chamado Parte, elaborado pela autoridade competente, que poderia ser o Comandante do policial punido, o Oficial-de-dia ao Quartel do Comando Geral e até mesmo um Oficial do Exército, que tomasse conhecimento da alteração de policial militar em via pública. As notas de punições, depois de aprovadas pelo Comando da PM, eram publicadas no Boletim Diário.

Devido ao contexto político do período estudado, o policial punido não tinha o direito ao contraditório, até porque o Estado brasileiro através de sua legislação institucional cerceava os direitos fundamentais do cidadão, em benefício do Estado de Segurança Nacional.¹¹⁸ Desse modo, as punições ora apresentadas neste trabalho, as quais apresentam o cotidiano da Rádio Patrulha, são passíveis de questionamentos. Um estudo aprofundado sobre essas fontes poderia revelar mais informações a respeito de tal processo na Corporação. A análise iniciada aqui não esgota o estudo sobre elas, antes abre a possibilidade de uma discussão mais complexa. O historiador Barros, enxergando a importância desse tipo de fonte, observou que “[...] os historiadores sociais da atualidade têm precisamente prestado muita atenção a um vasto manancial de fontes que por muito tempo foi esquecido: os registros da polícia, os processos criminais – incluindo os depoimentos, as confissões e as sentenças proferidas sobre determinado caso”.¹¹⁹

¹¹⁴ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 224.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 224.

¹¹⁶ REGULAMENTO disciplinar da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Decreto n. 8.336, de 12 fev. 1982. cap. 1. p. 5.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 6.

¹¹⁸ Ver FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 345-401.

¹¹⁹ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 121.

As principais alterações dos patrulheiros na sociedade natalense eram o problema da embriaguez e suas conseqüências, e a freqüência aos lugares de prostituição da cidade, como o “baixo meretrício” da Ribeira, termo utilizado na documentação da época. No que diz respeito às alterações na abordagem policial, registrou-se o excesso do uso da força física, principalmente na condução de pessoas detidas pelas guarnições.¹²⁰ Além disso, havia alterações por parte dos patrulheiros em colisão de viaturas; furto de combustível; propina registrada nesse período; e algumas agressões físicas entre os próprios companheiros da Rádio Patrulha. Contudo, o grande problema de alteração de praça, registrado nas fontes da PM, era realmente a embriaguez e suas conseqüências. No entanto, com o objetivo de preservar a integridade moral e a dignidade humana dos policiais punidos, iremos registrar apenas a sua graduação.

Sobre as alterações de embriaguez, em que o militar se envolvia ora estando de folga, férias ou até mesmo, em caso extremo, no momento do serviço, um Sargento foi punido com 20 (vinte) dias de prisão por ter se embriagado, perambulado pelas ruas da cidade de Nova Cruz, quando se encontrava em gozo de férias, tendo efetuado disparos de arma de fogo em via pública.¹²¹ Um Soldado foi preso por 20 (vinte) dias, tendo incorrido numa transgressão grave, por ter se embriagado e provocado desordens em via pública na cidade de Natal.¹²² Um outro Soldado foi excluído da Corporação por ter se embriagado, “comparecido em local incompatível com o decoro policial-militar, danificado um automóvel pertencente a um civil, tornando-se dessa maneira incapaz moral e indisciplinarmente de continuar pertencendo” à Polícia Militar.¹²³ Da mesma forma, um Sargento da RP foi excluído por ter ido ao interior do Estado sem a permissão do Comando, por ter se embriagado numa festa da cidade interiorana e ter efetuado disparos com sua arma, o que resultou em um homicídio no local. O referido graduado, de acordo com a nota de sua exclusão, evadiu-se da área sendo ignorado o seu paradeiro.¹²⁴ Um Cabo patrulheiro foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por ter se embriagado e, ao ser preso por uma guarnição da RP, “se insurgiu contra as ordens que recebeu, danificando inclusive a viatura que o conduziu” ao quartel da PM.¹²⁵ Nesse mesmo período, um Cabo e dois Soldados foram punidos com 20 (vinte) dias de prisão, por terem saído do serviço utilizando a viatura do Comando da Companhia, por

¹²⁰ A relação da RP com o público natalense será discutida no capítulo 3 deste trabalho.

¹²¹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 55, 8 mar. 1967.

¹²² Ibid., n. 7, 10 jan. 1968.

¹²³ Ibid., n. 52, 4 mar. 1968.

¹²⁴ Ibid., n. 87, 16 abr. 1968.

¹²⁵ Ibid., n. 196, 27 ago. 1969.

terem se embriagado, “praticado desordens no bairro do Alecrim”, numa casa de prostituição, e efetuado vários disparos com suas armas.¹²⁶ Um Soldado foi preso por 8 (oito) dias, fazendo serviço no quartel, por ter se embriagado e “se empenhado numa luta corporal com civis, em via pública, e depois de preso por uma patrulha da Delegacia de Plantão, agredido fisicamente a um dos seus integrantes (investigador de polícia)”.¹²⁷ Outro Soldado ficou preso por 15 (quinze) dias por ter se embriagado, agredido um vigia de um prédio do bairro da Ribeira, e por ter “caído e dormido nas calçadas da Rua Tavares de Lira”, do referido bairro.¹²⁸ E um Soldado foi punido com 10 (dez) dias de prisão por ter se embriagado e, portando uma faca, “praticado desordens em uma das praças da cidade de Parnamirim, chegando a agredir fisicamente a uma senhora e crianças que se achavam em um bar da referida praça”.¹²⁹

As alterações no uso das viaturas também foram registradas, o que expressam a dificuldade de alguns policiais com a inserção de tecnologia no policiamento ostensivo. Desse modo, um Cabo foi punido com 10 (dez) dias de prisão por ter colidido a viatura com um veículo civil que “se encontrava estacionado em local público, causando-lhe prejuízo e danos materiais”.¹³⁰ Foi registrado o furto de combustível de viatura quando um Sargento foi punido com 6 (seis) dias de prisão por ter “retirado ou permitido que fosse retirado combustível (gasolina), por diversas vezes, para um carro particular de um seu par, fato esse agravado por ser o mesmo responsável direto por sua guarda”.¹³¹ Além disso, foi registrada também a ocorrência de recebimento de propina quando um Soldado foi punido com 6 (seis) dias de detenção por ter sido “flagrado por um seu companheiro, pedindo propina a um civil; e por haver, assim, ofendido a moral e os bons costumes da Corporação”.¹³² O convívio diário do patrulheiro com o público permitia estabelecer uma relação de poder em que o exercício da autoridade também significava obter vantagens sobre o cidadão. A prática da propina foi se estabelecendo pouco a pouco nessa relação contraditória e desvantajosa para o público. O policial é um indivíduo que faz parte de uma sociedade complexa e contraditória e que convive com ela nessas relações ambíguas, mesmo que o treinamento técnico ensine a correção de suas atitudes diante do público. O patrulheiro, além de ser submetido a uma rigorosa disciplina militar, estava também submetido a uma carga

¹²⁶ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 197, 28 ago. 1969.

¹²⁷ Ibid., n. 232, 9 out. 1969.

¹²⁸ Ibid., n. 58, 13 mar. 1970.

¹²⁹ Ibid., n. 289, 28 dez. 1970.

¹³⁰ Ibid., n. 88, 20 abr. 1967.

¹³¹ Ibid., n. 174, 1º ago. 1969.

¹³² Ibid., n. 263, 26 nov. 1970.

de múltiplos serviços. O tempo de folga não era suficiente para ele ter um bem-estar familiar e social. Pois, até em seus dias de folga poderia ser convocado para cumprir uma escala de serviço extra, como por exemplo, o policiamento de um jogo de futebol. Dobrar o serviço de 24 (vinte e quatro) horas não era incomum, segundo fonte oral. Além disso, o policial era mal remunerado, tanto é que o comando da Rádio Patrulha criou, com a aprovação da PM, a Caixa de Assistência¹³³, a qual foi organizada a partir das contribuições financeiras de cada patrulheiro. Numa perspectiva de assistência social, o dinheiro depositado nessa Caixa visava socorrer os membros da RP quando algum deles estivesse numa situação financeira precária, o que não era difícil naquele período. E aquela gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o soldo dos militares posteriormente foi retirada da RP, a fim de que fosse concedida uma gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) para todo o efetivo da Polícia Militar.¹³⁴

No convívio diário dos patrulheiros no serviço e em sociedade, havia algumas alterações no que diz respeito a agressões mútuas. Mesmo tendo uma prática de esporte, como elo de entrosamento e de construção da solidariedade entre os militares e a rigorosa disciplina na caserna, existiam conflitos que foram registrados na documentação da PM. Por conseguinte, um Soldado foi punido com 8 (oito) dias de prisão por ter se embriagado e agredido fisicamente um companheiro na presença de superiores hierárquicos.¹³⁵ Noutra situação, um Soldado foi punido com 6 (seis) dias de prisão por ter, “a título de procurar satisfação pessoal a respeito de desentendimentos havidos com vizinhos seus, invadiu a residência de um colega (Sd PM), e desacatado [sic] a filha deste, a quem ameaçou de surrar”.¹³⁶

Um fato que deve ser mencionado neste trabalho é a participação da RP no apoio ao serviço do Corpo de Bombeiros, que na época era uma Companhia pertencente à Polícia Militar. Então, diante de um sinistro, acidentes graves ou mesmo de incêndios domésticos, a Rádio Patrulha trabalhava no isolamento da área da ocorrência e dava apoio às possíveis vítimas encontradas.¹³⁷

Outra informação deixada pelos registros documentais e testemunhais é a referência elogiosa impetrada à Rádio Patrulha. Segundo Domilson, o trabalho realizado pela Companhia foi elogiado já em 1965 em virtude do pronto atendimento às ocorrências policiais no dia-a-dia da

¹³³ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 72, 27 mar. 1968.

¹³⁴ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

¹³⁵ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 190, 26 ago. 1970.

¹³⁶ Ibid., n. 288, 26 dez. 1970.

¹³⁷ Ibid., n. 96, 2 maio 1967.

cidade, bem como na prestação de auxílio ao público nos serviços de emergências.¹³⁸ Desse modo, a RP, ao participar do policiamento ostensivo dos eventos festivos da cidade, recebia elogios que foram registrados no Boletim Diário. Em 1967, o Administrador Apostólico de Natal, Dom Nivaldo Monte enviou ao Comandante Geral da PM um ofício em que agradecia a participação da Corporação e da Rádio Patrulha na Campanha da Fraternidade daquele ano com o seguinte conteúdo: “Ilmo. Sr. Coronel Milton Freire – Comandante da Polícia Militar do Estado – Venho agradecer-lhe a sua colaboração e da Polícia Militar do Estado, bem como da Rádio Patrulha à Campanha da Fraternidade em 1967”.¹³⁹

No âmbito da Corporação, o elogio é uma forma de recompensa aos considerados bons serviços prestados pelo policial militar. Existindo, ainda, os elogios individual e coletivo.¹⁴⁰ Em 1965, ainda na fase de experimentação do serviço operacional da Rádio Patrulha, o Comando da PM reconheceu os bons serviços da Companhia emitindo um elogio individual ao seu comandante, o então Tenente Domilson:

1º Tenente PM DOMILSON DAMAZIO DA SILVA, Comandante da Companhia de Rádio Patrulha, em sua primeira apresentação pública, evidenciou a sua eficiência e capacidade no serviço de policiamento ostensivo. É o nosso mais novel serviço, mais granjeou a confiança e simpatia do povo natalense, graças ao fecundo trabalho desenvolvido pelo seu Comandante. É pois com prazer que louvo este leal companheiro e agradeço a colaboração prestada a este Comando.¹⁴¹

Naquele período histórico, as paradas militares por ocasião do desfile em 7 de setembro eram estimuladas pelos governos, a fim de ressaltarem os valores cívicos da sociedade brasileira. Em virtude da parada militar em 1968, o Comandante da Rádio Patrulha solicitou ao Comando da PM a publicação em Boletim de referências elogiosas (individuais e coletivas) aos patrulheiros que se destacaram no desfile daquele ano. Assim, ao referir-se às praças da Companhia, o Capitão Domilson elogiou: “Louvo e agradeço as praças em apreço pela boa apresentação da Subunidade no desfile militar do dia 7 de setembro, fruto de seus esforços, dedicação a instrução

¹³⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

¹³⁹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 81, 12 abr. 1967.

¹⁴⁰ REGULAMENTO disciplinar da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Decreto n. 8.336, de 12 fev. 1982. cap. 3, p. 14.

¹⁴¹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 203, 15 set. 1965.

e ao trabalho. Graças as suas condutas é que a Cia. goza de simpatia e confiança do público”. (COLETIVO).¹⁴²

Além disso, quando o militar se destacava na Corporação em razão do seu comportamento correto, o que significava não ter sofrido nenhuma punição disciplinar ao longo de um ou mais anos, ele era elogiado como recompensa tipificada no Regulamento disciplinar da PM, bem como exemplo a ser seguido pelos seus companheiros de farda. Dessa forma, durante o período pesquisado, foi encontrada uma nota em que declarava o Soldado do ano da Rádio Patrulha:

SOLDADO DO ANO 1969 DA COMPANHIA DE RÁDIO PATRULHA –
Louvor e Aprovação

[...]

Sd PM nº 65-010 CÍCERO TEIXEIRA DE LIMA, desta Subunidade, agraciado por unanimidade como o “Soldado do Ano” da Cia., soube por seus méritos, ganhar a simpatia dos seus pares e superiores, calcado no seu comportamento e conduta profissional. Louvo e agradeço ao Sd PM Teixeira, na certeza de que seu exemplo será seguido por muitos outros, para engrandecimento deste órgão e quiçá da Corporação (INDIVIDUAL).¹⁴³

Ratificando este relato encontrado nos documentos da Corporação, Holloway também percebeu que a Polícia Militar não enfatizava só o lado negativo da tropa, “já que os comandantes também recorriam ao incentivo do elogio para demonstrar aprovação por um trabalho bem feito”.¹⁴⁴

Portanto, a Rádio Patrulha desenvolveu um serviço de atendimento ao público de modo diverso e complexo. Havia o combate e repressão aos considerados perturbadores da tranquilidade pública, mesmo que em outras ocasiões os próprios patrulheiros assumissem o papel de alteradores em via pública e nos espaços de prostituição, o que desencadeava uma rigorosa punição por parte do Comando da PM. A despeito disso, a Companhia também dava apoio ao trabalho do Corpo de Bombeiros, atuava na disciplinarização do trânsito da cidade, inclusive realizando perícia e, mormente, prestava auxílio ao público carente no pronto atendimento das emergências do cotidiano de Natal. A documentação da PM silenciou-se a respeito da RP no combate ao crime político. Essa forma de atuação da Companhia, percebida

¹⁴² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 230, 9 out. 1968.

¹⁴³ Ibid., n. 28, 4 fev. 1970.

¹⁴⁴ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, p. 225.

por meio de fontes documentais e testemunhais, significa que ela trouxe uma dinamização ao serviço operacional da Polícia Militar. Na segunda metade dos anos de 1960, a Corporação já possuía o Policiamento Motorizado, a Pé, de Trânsito e de Choque, também foi implantado o Serviço com apoio de Cães (Canil). Tudo isso desenvolvido e colocado em prática a partir da base de especialização, que era a Rádio Patrulha potiguar.

3 A RÁDIO PATRULHA E O PÚBLICO NATALENSE

3.1 As abordagens policiais no cotidiano

A nossa pesquisa sobre as ocorrências que envolveram a Rádio Patrulha na imprensa, durante o período estudado (1965-1970), foi extremamente limitada, uma vez que existe uma lacuna das edições dos jornais natalenses nos anos iniciais da ditadura militar. Desse modo, as únicas edições possíveis para a presente pesquisa foram as do mês de dezembro de 1968 do Jornal Tribuna do Norte, as quais se encontram arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Além dessa fonte jornalística, tivemos a narrativa das punições disciplinares no Boletim Diário da Corporação. Essas punições também evidenciaram uma relação da Rádio Patrulha com o público natalense.

Naquele período, segunda metade dos anos de 1960, a população de Natal estava estimada em 162.537 habitantes¹⁴⁵. E de acordo com o estudo realizado, havia uma carência considerada da população pobre no que diz respeito aos serviços públicos essenciais, como o serviço de pronto-socorrismo em casos de emergência. O atendimento, principalmente, das ambulâncias do serviço de saúde era muito precário, a ponto da Rádio Patrulha também precisar cobrir essa lacuna na cidade de Natal. Sobre esse fato, Domilson observou que:

[...] o serviço de ambulância prestado pela RP, por toda a cidade, eliminou àquela imagem de violência criada em outros Estados, secundado pela forma de abordagem e postura operacional adotada, de respeito à pessoa humana, inclusive do próprio contraventor, criminoso ou marginal.¹⁴⁶

Entretanto, as informações advindas das fontes documentais revelaram que essa relação da RP com as pessoas comuns era muito mais complexa do que parece ser. Mesmo a Companhia desenvolvendo seu serviço de assistência ao público, estabelecia, outrossim, uma relação contraditória e, em algumas situações, hostil. O que se deve ressaltar é que a Polícia Militar tinha a competência de usar a força para promover a ordem pública, obrigação essa tipificada na Constituição brasileira de 1967. Daí não há nenhuma novidade em observar nas narrativas policiais o excesso do uso da força sobre os alteradores da tranquilidade pública. Assim,

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-74.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

¹⁴⁶ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

queremos perceber como ocorreu a relação da Rádio Patrulha com o público no cotidiano do espaço urbano de Natal. Que tipos de pessoas eram abordadas pelos patrulheiros e como a imprensa pesquisada classificou esses homens e mulheres.

O historiador Barros, quando trata sobre as fontes para a composição de uma história social do cotidiano das pessoas comuns, constatou o seguinte:

Os registros repressivos são paradoxalmente os espaços documentais mais “democráticos” – aqueles onde os historiadores poderão encontrar literalmente as vozes de todas as classes, mas sobretudo as dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista político e econômico. É só quando comete um crime que o homem pobre adquire uma identidade para a História!¹⁴⁷

Ainda nesse mesmo raciocínio, percebemos que ao pobre e, principalmente, ao excluído, só é dado o direito de voz quando ele comete um crime ou quando é acusado de um delito. E é até curioso observar que, quando o criminoso escapa à repressão, ele perde-se para a história.¹⁴⁸ É por meio dessas fontes documentais (Boletim Diário da PM e imprensa natalense) que podemos examinar as relações entre a polícia e as pessoas comuns em seu cotidiano.

O regime ditatorial implantado no Brasil cerceava a livre manifestação de pensamento e a liberdade das pessoas. Sendo assim, o momento em que os grupos populares podiam aparecer era na crônica policial narrada pela imprensa. De forma que, quando um desses indivíduos violava alguma norma jurídica, ele adquiria uma identidade social. As pessoas eram narradas como perturbadoras da ordem pública e, mesmo sem vozes, emitiam resistências através de suas ações, as quais eram severamente reprimidas pela polícia.

A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 que foi transcrito pelo Boletim Diário da PM, estava proibida atividade ou manifestações sobre assuntos de natureza política; doravante liberdade vigiada das pessoas; proibição de frequentar determinados lugares; e domicílio determinado.¹⁴⁹ Dessa forma, os indivíduos embriagados, desordeiros e prostitutas também eram passivos de repressão por parte das forças policiais. Na cidade de Natal, conforme o estudo realizado, não havia muitas perturbações da segurança pública com relação às manifestações

¹⁴⁷ BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 121.

¹⁴⁸ Ibid., p. 124.

¹⁴⁹ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 291, 26 dez. 1968.

políticas, mesmo com a ocorrência do Movimento Estudantil em 1968, que segundo Antonio Ramos não houve nenhum incidente mais grave, já que a Rádio Patrulha conseguiu controlar essa manifestação sem muitos transtornos.¹⁵⁰

Assim, nesse período de repressão, a Rádio Patrulha teve que enfrentar as ocorrências comuns¹⁵¹ e, por conseguinte, combater os delitos das pessoas que alteravam a ordem pública da cidade. Mas o crime político não foi narrado pela documentação da PM, bem como pela fonte do Jornal Tribuna do Norte.

Sobre as características do policiamento ostensivo da Rádio Patrulha, verificamos que, no ano de 1970, já havia 8 (oito) veículos motorizados, sendo 1 (um) Jeep (marca Willys, ano 1964) para o comando da RP; 6 (seis) carros tipo Rural (marca Willys, anos 1964 a 1967) e 1 (uma) Pick-Up (marca Ford F-100, ano 1964), essa última viatura dava apoio no deslocamento do efetivo do PPO.¹⁵² As viaturas tipo Rural foram pintadas de preto e branco e, na parte superior, foi pintado, em cada uma delas, um personagem da história infantil, como o *Tio Patinhas*, por exemplo. Isso com o objetivo de suavizar a imagem da viatura policial diante do público. Entretanto, quando a imprensa natalense observou as iniciais estampadas nas viaturas RP-1, RP-2 até RP-6 batizou-as de *Rita Pavone* (cantora italiana que fazia sucesso naquela época). Segundo Antonio Ramos, as viaturas ao serem apresentadas a sociedade causaram, no início, uma curiosidade, porque era algo inédito na cidade. As pessoas se aproximavam para vê-las de perto, uma vez que os patrulheiros, por usarem um uniforme diferenciado do restante da tropa, também causavam curiosidade.¹⁵³

O comando da Rádio Patrulha, mesmo procurando capacitar e treinar com qualidade os patrulheiros numa abordagem policial respaldada em parâmetros técnicos e legais para aquela época,¹⁵⁴ tinha o desafio de disciplinar os militares que fugiam das normas estabelecidas pelo comando da Polícia Militar. A prática vivida nas ruas da cidade, por meio da documentação estudada, demonstrou que o poder exercido pela PM era voltado principalmente para os excluídos. Apesar do contexto político, o comando da Corporação evidenciou punir rigorosamente as arbitrariedades dos seus integrantes no convívio com o público natalense.

¹⁵⁰ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

¹⁵¹ A principal ocorrência narrada pela documentação escrita e oral era classificada como desordem (contravenção penal).

¹⁵² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 203, 14 set. 1970.

¹⁵³ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Antonio Ramos Alves, no dia 28 de maio de 2008.

¹⁵⁴ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

Então, em novembro de 1965, um Soldado, que ainda estava à disposição da RP, foi punido com 30 (trinta) dias de prisão por ter “desrespeitado moralmente a uma senhora, chegando a agredi-la fisicamente” em via pública.¹⁵⁵ Um Cabo e um Soldado foram punidos com 4 (quatro) dias de detenção por terem se dirigido sem o devido pundonor militar (decência) no tratamento a uma senhora. Fato esse denunciado através de uma Parte do 1º Tenente do Exército Diomedes de Matos ao Comando da PM.¹⁵⁶ Um Sargento foi punido com 8 (oito) dias de prisão por ter permitido, como chefe de guarnição, que “um seu subordinado maltratasse um preso que estava sob sua guarda”.¹⁵⁷ Nessa mesma ocorrência, o Cabo, comandante da guarnição, foi punido com 30 (trinta) dias de prisão por ter “usado de violência desnecessária ao efetuar a prisão de um civil”.¹⁵⁸ Diante disso, o Comando a Polícia Militar emitiu uma nota de repúdio ao ato praticado por esses patrulheiros:

Ao aplicar as punições acima, este Comando espera que elas sirvam de exemplo àqueles que, esquecendo os ensinamentos que lhe são ministrados, faltam com os bons princípios de educação e o respeito à dignidade alheia, espancando presos indefesos. Atitude como essa demonstra covardia, avilta quem a pratica e desprestigia a Corporação a que pertence. O emprego da força física só é admissível quando há reação à prisão, e deve se limitar o necessário para subjugar o preso. O Comandante é responsável pelo que a tropa faz ou deixa de fazer; não é admissível a sua omissão para depois imputar responsabilidades a subordinados. A Polícia terá de ser respeitada pela correção de suas atitudes e não pelas arbitrariedades praticadas.¹⁵⁹

Isso demonstra a preocupação dos Oficiais superiores em preservar a reputação própria e a da instituição policial-militar, uma vez que eles eram diretamente responsáveis pela forma de atuação de sua tropa, pois deveriam comandar e instruir profissionalmente as Praças que executavam o serviço diário junto à população. Além do mais, quando o policial cometia o crime de deserção (ausência do serviço sem a devida permissão por mais de 8 dias)¹⁶⁰ era expulso das fileiras da Corporação, bem como se este cometesse uma transgressão que fosse várias vezes agravada, seria expulso da PM por conveniência da disciplina militar. Sobre esse fato, Domilson relatou que, se por algum motivo o patrulheiro fosse removido da Companhia, geralmente era

¹⁵⁵ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 248, 18 nov. 1965.

¹⁵⁶ Ibid., n. 110, 21 maio 1966.

¹⁵⁷ Ibid., n. 39, 17 fev. 1967.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ Ibid., n. 155, 14 jul. 1967.

expulso da tropa, “pois se não servia para a RP não tinha condições de permanecer na Polícia Militar”.¹⁶¹ Agora, a documentação não registrou a situação desse policial expulso da Corporação. Podemos deduzir, portanto que, a partir desse episódio, tornava-se um ser marginalizado pela instituição militar.

Outros casos registrados foram: um Soldado foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por ter usado de violência dentro da viatura contra um preso que vinha sob a guarda de sua guarnição, “deixando de atender as advertências de seu chefe de guarnição, contrariando normas” do serviço e da constante recomendação do Comando.¹⁶² Um Cabo foi punido com 30 (trinta) dias de prisão por ter “esbofetado” um cidadão que se encontrava “em colóquio amoroso com uma mundana” em via pública, ao invés de prendê-los, conforme preceituou o Comando da PM.¹⁶³ Um Sargento foi punido com 6 (seis) dias de prisão e dois Soldados com 4 (quatro) dias por terem participado de ato de espancamento contra um cidadão que havia sido preso por uma dupla do Pelotão de Policiamento Ostensivo.¹⁶⁴ Um integrante desse policiamento a pé foi punido com 8 (oito) dias de detenção por ter usado de violência ao efetuar a prisão de um cidadão que estava embriagado, “a ponto de jogá-lo no chão em plena via pública”.¹⁶⁵ Enfim, entre a teoria ministrada na formação do policial militar e a prática da profissão no patrulhamento das ruas da cidade havia de quando em vez um abismo, que emerge da documentação histórica.

Em 1968, com a inserção do PPO, que era o policiamento a pé realizado por dupla de patrulheiros, houve também alterações dos militares quando estes frequentavam os ambientes de prostituição da cidade de Natal. O historiador Bretas também analisou a relação da polícia com as prostitutas no espaço urbano do Rio de Janeiro, no início do século XX, em que pôde constatar o seguinte:

Com efeito, o convívio da polícia com a prostituição era tão íntimo – em muitos sentidos – e constante que não podia ser meramente repressivo. O relacionamento era muito mais complexo, e policiais e prostitutas tinham que encontrar formas de coexistência. Um ponto óbvio é que as prostitutas prestavam seu serviço a policiais, que faziam parte do universo de homens jovens que caracterizava a cidade [...].¹⁶⁶

¹⁶¹ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

¹⁶² BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 43, 21 fev. 1968.

¹⁶³ Ibid., n. 82, 5 abr. 1968.

¹⁶⁴ Ibid., n. 108, 13 maio 1968.

¹⁶⁵ Ibid., n. 242, 21 out. 1969.

¹⁶⁶ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, p. 199.

Quando se trata dos policiais natalenses, percebemos que havia uma frequência maior ao “baixo meretrício” dos patrulheiros do policiamento a pé. Eram eles que estabeleciam um contato maior com o público, pois podiam se deslocar com facilidade sem o apoio de veículos motorizados. Contudo, os patrulheiros do policiamento motorizado também encontravam uma forma de solicitar os serviços das prostitutas da cidade, fato comprovado a partir das notas de punições disciplinares da Rádio Patrulha.

Desse modo, dois Soldados do PPO foram punidos com 20 (vinte) dias de prisão por terem deixado a sua área de policiamento a pé e se dirigido ao local de prostituição, denominado de Beco da Quarentena, no bairro da Ribeira, e lá se encontrado com prostitutas.¹⁶⁷ Semelhantemente, seis meses depois, um desses mesmos Soldados reincidiu no desvio de serviço indo mais uma vez ao Beco da Quarentena. Dessa vez, ele teve um atrito com um civil que também se encontrava naquele local. Alguns dias após esse fato, o referido militar estava de serviço no bairro do Alecrim, no policiamento a pé, e se dirigiu outra vez à Quarentena “a fim de tomar satisfação com o mesmo civil”. Assim, esse patrulheiro teve sua punição agravada de 10 (dez) para 20 (vinte) dias de prisão.¹⁶⁸ Um outro Soldado foi punido com 4 (quatro) dias de detenção por ter se embriagado e freqüentado o local de prostituição da Ribeira.¹⁶⁹ Em março de 1970, um Sargento foi punido com 20 (vinte) dias de prisão, um Cabo com 30 (trinta) dias e três Soldados com uma punição de 8 (oito) a 10 (dez) dias de prisão. Esses patrulheiros estavam de serviço, inclusive o Sargento era o chefe de sala na Central de Operações, e resolveram se ausentar do quartel indo até uma casa de prostituição da cidade (o documento não mencionou o local exato) e, chegando lá, toda a guarnição se embriagou, “cometendo atos inteiramente incompatíveis com a sua conduta de policial militar”.¹⁷⁰ “As brigas entre soldados e civis, via de regra, envolviam mulheres cujo amor ou atenção eram disputados violentamente”.¹⁷¹

A historiadora Cláudia Mauch analisando as fontes jornalísticas para o trabalho de história social sobre a atuação da polícia em Porto Alegre na década de 1890, concluiu que “os jornais não deixam de ser fontes legítimas para se saber como alguns setores da sociedade

¹⁶⁷ BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, n. 171, 30 jul. 1968.

¹⁶⁸ Ibid., n. 13, 17 jan. 1969.

¹⁶⁹ Ibid., n. 27, 22 jan. 1969.

¹⁷⁰ Ibid., n. 60, 16 mar. 1970.

¹⁷¹ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. p. 93.

falavam sobre o ‘povo’ e seus hábitos e sobre a intervenção da polícia na vida da cidade”.¹⁷² Nas ocorrências registradas em Natal, havia uma idéia de que era preciso impor um determinado padrão de ordem e comportamento para todo o espaço urbano através da moralização dos indivíduos e locais perigosos. E a polícia era concebida como “a instituição legítima de controle sobre os elementos perigosos e sobre a desordem social”.¹⁷³ O jornal natalense irá construir também uma imagem sobre a cidade de Natal, os seus becos e os desordeiros, a partir dos quais emite juízos e constitui a “polícia como órgão legítimo de controle social”.¹⁷⁴

O principal beco enfatizado pela imprensa potiguar era o Beco da Quarentena. Na verdade, o local se chama Travessa da Quarentena e é uma ruela de passagem entre as Ruas Chile e Frei Miguelinho, na Ribeira. No início do século XX, a pequena via era conhecida como a Rua das Donzelas. Conta-se que ali, a poucos metros do cais do porto, ficavam de quarentena os marinheiros que chegavam com doenças contagiosas e as pessoas da cidade já contaminadas. Depois o local virou ponto de prostituição.¹⁷⁵

Sobre as ocorrências narradas pelo Jornal Tribuna do Norte, em dezembro de 1968, percebemos que há uma contemporaneidade entre as alterações dos patrulheiros, os quais eram punidos pela instituição e as desordens dos homens e mulheres que consumiam bebida alcoólica em excesso nos locais de diversão em Natal. A embriaguez, a julgar pela documentação pesquisada, foi a principal justificativa para a desordem em via pública. Isso envolvia tanto policiais como pessoas comuns. O detalhe é que o patrulheiro estava numa posição que exigia disciplina e correção de suas atitudes, pois era treinado pelo Estado, a fim de manter a ordem pública diante desses tipos de ocorrências. A despeito disso, a polícia “não é simplesmente um instrumento nas mãos dos governantes, mas uma instituição que acaba por desenvolver seus próprios procedimentos e prioridades, muitas vezes distantes dos regulamentos oficiais”.¹⁷⁶

A principal bebida alcoólica, narrada pelo jornal, foi a chamada Pitú, ora acompanhada de caju, ora de caranguejo, ora de peixe assado. Alimentos esses que faziam parte da culinária norte-rio-grandense, os quais eram ingeridos para balancear o gosto da bebida. E as pessoas abordadas pela polícia, nessa situação de embriaguez e desordem, eram jovens entre 19 a 30 anos

¹⁷² MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, p. 17.

¹⁷³ Ibid., p. 126.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

¹⁷⁶ MAUCH, Cláudia. Op. cit., p. 213.

de idade. Naquela época, o jornal informava a idade e o domicílio dessas pessoas, porém as únicas ocupações apresentadas foram a de vendedor de fumo e de prostituta. Assim, era na crônica policial que tais indivíduos ganhavam notoriedade e até uma identidade social, quando eram classificados de “perdidos, desordeiros, arruaceiros, biriteiros, anormais, meretrizes e mundanas”.¹⁷⁷ As pessoas envolvidas nas ocorrências eram domiciliadas nos bairros Rocas, Ribeira, Brasília Teimosa, Petrópolis, Alecrim, Quintas, Lagoa Seca, Nova Descoberta e Mãe Luiza. Já os principais locais do centro urbano da cidade, onde se davam os encontros entre a polícia e o público, eram os bairros da Ribeira (local de bares, boemia, comércio e prostituição de Natal naquele período), Rocas e Quintas (local periférico do centro da cidade nos anos de 1960). Verificamos, também, que a principal arma utilizada pelas pessoas envolvidas nas ocorrências era a faca e, em algumas situações, o jornal denominava de “faca-peixeira”. A arma de fogo não era muito utilizada pelo cidadão comum nessa época. Quando havia ocorrência com arma de fogo era, em certos momentos, de um policial cometendo indisciplina em via pública, conforme a documentação já exposta.

A documentação jornalística deixa entrever a idéia de que as pessoas abordadas pela polícia não tinham uma profissão definida. A imagem do desordeiro significava também a imagem do desocupado. Observando uma situação como essa, Mauch declarou o seguinte: “[...] os trabalhadores tinham o hábito de freqüentar botequins e beber com amigos no seu dia de descanso, o envolvimento de indivíduos com profissão definida em desordens não é tratado pelos jornais como algo muito normal”.¹⁷⁸

Sendo assim, mesmo que o cidadão tivesse uma profissão definida, no momento em que ele cometia uma desordem em via pública ou em locais de prostituição era denominado simplesmente de desordeiro, o qual precisava ser reprimido e moralizado pela polícia.

Em 1968, o PPO, também denominado pela imprensa de “Cosme e Damião”, incrementou o policiamento ostensivo da PM, já que esse policiamento a pé dava muito apoio ao policiamento motorizado. Sendo assim, em dezembro daquele ano, percebemos uma atuação importante do PPO na resolução das ocorrências policiais da cidade, uma vez que a guarnição da Rádio Patrulha era acionada para atender as ocorrências mais relevantes. Além disso, os patrulheiros do policiamento a pé deslocavam-se com mais facilidades nas vias estreitas do bairro

¹⁷⁷ TRIBUNA DO NORTE, Natal, dez. 1968.

¹⁷⁸ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, p. 94.

da Ribeira e, desse modo, estabeleciam um contato maior com o público. Diante de alguma alteração em bares ou casas de prostituição, a população tinha mais oportunidades de acionar as duplas “Cosme e Damião”, as quais de vez em quando circulavam pelo local na execução do policiamento ostensivo. Por isso, explicam-se também as alterações desses mesmos patrulheiros no envolvimento com as prostitutas, quando eles solicitavam os serviços delas.

Nesse contexto político, em que a polícia era a responsável pela manutenção da segurança interna do país, podendo usar a força legalmente, a imprensa que mantinha um alinhamento com o regime vigente apresentava a PM como a mantenedora da ordem pública, omitindo em sua maioria qualquer ação arbitrária dessa instituição. Em Natal, a Rádio Patrulha destacou-se não no combate ao crime político, mas, sobretudo, no combate às contravenções e ao crime comum, na repressão às pessoas comuns que alteravam de algum modo a tranqüilidade do espaço urbano da cidade. Essas pessoas também eram subversivas, não na resistência política direta, mas numa indisciplina (desordem ou arruaça), que precisava ser combatida pelo governo de exceção.

Então, para preservar a integridade moral e a dignidade humana das pessoas abordadas pela polícia, iremos apenas registrar o primeiro nome das mesmas, uma vez que não fomos autorizados para expor tais dados pessoais.

Durante a madrugada do dia 2 de dezembro daquele ano de 1968, uma patrulha da 2ª Delegacia de Polícia comandada pelo Sargento PM Adelino conseguiu prender os indivíduos Francisco, que era um vendedor de fumo na feira das Rocas; João, um morador desse bairro; e Manoel, residente na rua 25 de Dezembro, em Petrópolis, os quais haviam se embriagado e andavam pelas ruas do bairro das Rocas promovendo “desordens, incomodando o sossego público”. Ainda nessa mesma madrugada, foi presa também a “mundana” Maria, que “embriagada fazia desordens na rua São Pedro e, quando recebeu voz de prisão, resistiu, sendo conduzida juntamente com os outros presos para a 2ª DP, onde foram recolhidos ao xadrez”. Pela manhã, após esses presos fazerem a “tradicional faxina”, foram liberados sob a orientação de que a reincidência desencadeava um castigo maior.¹⁷⁹ A polícia exercia um controle sobre eles através de prisões de até 24 horas.¹⁸⁰

¹⁷⁹ TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 4, 3 dez. 1968.

¹⁸⁰ Ver MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*.

Em uma outra situação, a Rádio Patrulha foi acionada para prender o Soldado Pedro, o qual pertencia ao 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, por haver agredido fisicamente a sua sogra (uma senhora idosa), o que resultou em uma “contusão na perna esquerda” da dona de casa. Daí a guarnição da RP, comandada pelo Cabo PM Marques, conduziu o militar para a 2ª DP, onde ele foi autuado pelo delegado. Após esse procedimento, o Soldado foi encaminhado ao 3º BEC. O jornal declarou que o referido acusado não pôde prestar fiança devido ao ferimento causado em sua sogra.¹⁸¹

Ocorreu, ainda, que um cidadão chamado José, o qual residia no bairro de Brasília Teimosa, promoveu uma desordem na rua Chile, no bairro da Ribeira. Ele, embriagado e “armado de uma faca-peixeira”, dizia que “queria brigar e furar quem se intrometesse na sua frente”. Por volta das 22h00, José foi abordado pelo Soldado PM Edinaldo. Segundo o jornal, esse cidadão tentou subornar o policial com Ncr\$ 100 (cem) cruzeiros novos, mas foi preso e recolhido para a Delegacia de Plantão. Lá, José falou que “não lembrava-se de nada, porque estava bastante embriagado”. Outrossim, foi preso por desacato e recolhido para a referida Delegacia, por uma dupla de “Cosme e Damião”, o cidadão Hilário (23 anos e residente no bairro das Quintas), pois estava alterado no Beco da Quarentena, Ribeira.¹⁸²

A RP foi também chamada para prender um cidadão chamado João, que o jornal classificou como “malcriado e valente para com todos”. Ele havia tomado “pitu com caju” e estava fazendo um “quebra-quebra total numa mercearia do bairro de Mãe Luiza,” por volta das 19h00. No momento da prisão, João procurou “resistir a ação policial, para fugir, espancando com murros alguns Soldados da Rádio Patrulha,” foi, porém, detido e conduzido para a Delegacia de Plantão.¹⁸³

Já Joilson, residente no bairro de Lagoa Seca, embriagou-se no Beco da Quarentena, Ribeira, onde promoveu “arruaça, provocando mundanas e outras pessoas que transitavam por aquela artéria”. Durante a madrugada, esse indivíduo, classificado como o “anormal”, foi abordado por uma “dupla de PPO-16” e conduzido para a Delegacia de Plantão. No momento da ação policial, Joilson armou-se de “um cacete, mas devido à habilidade da dupla, ele foi conduzido”.¹⁸⁴ Reconhece-se uma “habilidade” na abordagem dos patrulheiros do policiamento a

¹⁸¹ TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 4, 3 dez. 1968.

¹⁸² Ibid., p. 4, 10 dez. 1968.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid., p. 3, 17 dez. 1968.

pé, talvez pelo fato desses policiais terem participado de um treinamento técnico para tal finalidade, mesmo que em outras situações as duplas do PPO agissem também usando da violência para conduzir pessoas presas. Essas contradições faziam parte da realidade, daquilo que era vivido na relação polícia e público natalense.

Um outro cidadão chamado José, jovem de 27 anos, sem residência e profissão definidas, após ter ingerido “pitu com peixe assado”, por volta das 23h00, foi classificado pelo jornal como o “super-homem” que tinha escolhido o Beco da Quarentena “para mostrar que era homem”. Ele fez um discurso ao público declarando que não “existia ninguém no mundo que fosse mais poderoso do que ele”, porém, poucos minutos depois, foi preso por uma dupla de “Cosme e Damião”, a qual tinha sido acionada por terceiros. José foi levado para a Delegacia de Plantão, onde ficou “manso como um cordeiro”, assim noticiou a Tribuna.¹⁸⁵

Uma dupla de “Cosme e Damião”, pelas 16h00, flagrou três jovens marujos, do Centro de Instrução Almirante Tamandaré, chamados José, Lúcio e Fernando, no momento em que eles faziam uma desordem, promovendo um quebra-quebra nos sanitários da Estação Rodoviária da Ribeira. Além disso, diziam “pornografias em plena via pública, uma vez que estavam completamente embriagados”. Esses militares foram conduzidos para a Delegacia de Plantão, depois levados por uma escolta naval para a Base Naval de Natal.¹⁸⁶ Havia, assim, alterações dos militares das Forças Armadas no centro da cidade, geralmente por conseqüências de bebida alcoólica. O documento jornalístico não entrou em detalhes, entretanto pode-se deduzir que a dupla de policiais deve ter solicitado o apoio de uma guarnição da Rádio Patrulha. E essa Companhia, tanto no seu policiamento motorizado quanto no seu policiamento a pé, era acionada para resolver tais ocorrências. Para isso, a RP desenvolveu um trabalho sistematizado para que o patrulheiro não sofresse tanta hostilidade na abordagem de militares de outras Corporações que estavam praticando algum delito em via pública. Segundo Domilson, “além do acompanhamento e participação nas instruções da tropa, nunca a guarnição ou a dupla deixou de ter o apoio de um Oficial ou graduado (Sargento PM ou Cabo PM), durante o serviço”. Porque em ocorrências relevantes, como as que envolviam Praças das Forças Armadas, “se encontrava à frente do serviço constantemente um Oficial subalterno da RP e/ou o seu próprio Comandante, propiciando

¹⁸⁵ TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 4, 18 dez. 1968.

¹⁸⁶ Ibid., p. 4, 29 dez. 1968.

o apoio necessário à consecução normal da operação desenvolvida no próprio local do trabalho”.¹⁸⁷

Um outro caso foi o de Antonio, um jovem de 28 anos e residente no bairro do Alecrim, preso por uma dupla de “Cosme e Damião” na Avenida Tavares de Lira, Ribeira, por volta das 23h00, “por estar fazendo desordens na via pública, acompanhado por uma meretriz,” a qual a polícia não conseguiu identificar. No momento da prisão, a “mundana procurou fugir da ação policial, correndo numa disparada pelas ruas escuras da Ribeira e assim perdendo-se dentro da noite”. Então, Antonio foi recolhido para a Delegacia de Plantão e declarou que “não fazia nada fora do comum, pois só estava fazendo amor na mundana [sic] e, quanto ao seu nome, não revelaria por coisa nenhuma da vida”.¹⁸⁸ Sendo assim, essa mulher “mundana” conseguiu escapar da repressão e, por conseguinte, perdeu-se para a história, como já observou o historiador Barros. São os pequenos momentos de crimes individuais que dão visibilidade ao homem ou a mulher comum.¹⁸⁹ “Assim sendo, as brigas, facadas e ofensas à moral pública não seriam nada além de conseqüências previsíveis do ajuntamento de homens e mulheres desclassificados em tais locais”,¹⁹⁰ conforme analisou Mauch.

Já a jovem Maria, de 20 anos e residente no bairro de Nova Descoberta, classificada no jornal como “meretriz”, estava embriagada por volta das 23h00 na Peixada Santo Onofre, no bairro das Quintas, onde “iniciou uma série de desordens públicas, ofensivas à ordem constituída”. Segundo a fonte jornalística, Maria encontrava-se “desgostosa da vida porque havia perdido um grande amor”. Como conseqüência dos seus atos, ela foi presa por uma dupla de “Cosme e Damião” e conduzida para a Delegacia de Plantão.¹⁹¹

Na Peixada, Maria procurava promover um quebra-quebra nas cadeiras e outros móveis, dizendo que havia perdido o seu amor, por isso, queria ser presa, o que sem dúvida foi providenciado de imediato pelo proprietário do estabelecimento comercial.¹⁹²

Diante de casos como esse, a população quando se sentia incomodada com alguma alteração por parte de indivíduos “desordeiros” ou de mulheres “mundanas” procurava de

¹⁸⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Domilson Damázio da Silva, no dia 23 de maio de 2008.

¹⁸⁸ TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 4, 10 dez. 1968.

¹⁸⁹ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*, p. 124.

¹⁹⁰ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, p. 93.

¹⁹¹ TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 4, 12 dez. 1968.

¹⁹² Ibid.

imediatamente acionar o serviço da Rádio Patrulha. A prostituta, tal como descrita pelo jornal, significava o avesso da mulher honesta, mãe de família e recatada.¹⁹³ Em dezembro de 1968, o policiamento a pé era uma novidade em processo de consolidação, mas de acordo com a documentação pesquisada havia uma aceitação e solicitação constante do serviço dessas duplas de “Cosme e Damião”.

Há situações como a que ocorreu por volta das 24h00, na rua 15 de Novembro, Ribeira, na qual estavam promovendo arruaça em via pública Carlos (19 anos e residente no bairro das Quintas) e a “mundana” Ismar (residente na Pensão Estar, Ribeira), os quais foram presos por uma guarnição da Rádio Patrulha. Conduzidos a Delegacia de Plantão, ambos informaram ao delegado que “tudo só acontecera porque eles já estavam cheio de cana e não sabiam mais o que estavam fazendo, por isso foram insultar as outras mulheres das várias pensões alegres apenas por esportividade”.¹⁹⁴ Depreendemos que o uso da bebida alcoólica também era um meio das pessoas comuns protestarem contra as suas opressões sociais e, assim, romperem com a repressão das instituições estatais.

A polícia procurava tornar a convivência social das pessoas comuns no espaço urbano da cidade em níveis aceitáveis pela maioria da população. Percebemos que a prostituta, a “mundana”, era uma das principais figuras de perturbação da tranquilidade pública. É o que Bretas analisou também sobre essa relação entre a polícia e as prostitutas: “A provocação de desordens provavelmente ajudava a polícia – se é que era preciso ajuda – a justificar uma certa perseguição às prostitutas, no que contava com todo o apoio da sociedade”.¹⁹⁵ O jornal, dessa maneira, cumpria uma função de defensor da ordem e da moralidade no espaço urbano de Natal, trazendo a idéia de que a polícia precisava disciplinar as pessoas perigosas à tranquilidade pública, como órgão moralizador e punitivo. Portanto, a exposição de um indivíduo ao ridículo ou sua “rotulação como perigo para a sociedade cumprem funções análogas às do mecanismo de punição, uma vez que tentam resguardar as normas de convívio dentro da sociedade”.¹⁹⁶

¹⁹³ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*, p. 98.

¹⁹⁴ TRIBUNA DO NORTE, Natal, p. 4, 17 dez. 1968.

¹⁹⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 202.

¹⁹⁶ MAUCH, Cláudia. Op. cit., p. 126.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a Rádio Patrulha na Polícia Militar, verificamos que a criação de um grupo especializado, dotado de equipamentos e tecnologia, obedecendo a um treinamento técnico, surgiu pela primeira vez no Brasil no contexto da crise política do governo provisório de Getúlio Vargas no início da década de 1930. Desse modo, ficou evidenciado que a criação de uma Polícia Especial, a qual se tornou a base da especialização na Polícia Militar, atendeu ao desafio governamental de controlar os grupos divergentes e os distúrbios civis no espaço urbano das cidades.

A estruturação da Rádio Patrulha no Brasil, no que diz respeito ao policiamento ostensivo motorizado e com rádio-comunicação, esteve atrelada aos modelos de polícia ostensiva norte-americana. Só que no caso brasileiro, esse tipo de policiamento organizou-se sob a égide militar, de acordo com a formação histórica da nossa polícia.

Foi percebido que a criação da Rádio Patrulha no Rio Grande do Norte, inicialmente, objetivou o reforço das forças policiais no contexto da ditadura militar de 1964, a fim de treinar e dotar de tecnologia uma tropa especial para o controle das possíveis manifestações políticas nas ruas de Natal. Entretanto, no desenrolar do processo histórico, verificado no período de 1965 a 1970, a Rádio Patrulha se destacou principalmente no controle e moralização dos indivíduos comuns que, de algum modo, perturbavam a ordem pública.

Os patrulheiros, sob uma rígida disciplina militar, o que significava um estreito controle deles por parte do comando da PM, criaram também suas próprias estratégias de atuação no patrulhamento das ruas, mesmo que a disciplina castrense exigisse uma rigorosa observação de normas e dispositivos legais.

Em suas práticas de policiamento, construídas muito mais na dinâmica do serviço cotidiano do que nas instruções ministradas pela Corporação, verificamos também a presença da arbitrariedade dos militares na abordagem e condução de pessoas presas. Por outro lado, eram esses mesmos policiais, como sujeitos de uma mesma sociedade, que agiam na perturbação da ordem pública quando se embriagavam, efetuavam disparos na rua e freqüentavam os locais de prostituição, onde deveriam, em tese, moralizá-los. E, nos encontros conflituosos com a Rádio Patrulha, as pessoas comuns quando eram abordadas reagiam ora fugindo da repressão, ora

atacando os patrulheiros e ora manifestando o silêncio nos interrogatórios realizados pela Delegacia de Plantão.

Mas a população natalense, a partir de 1965, pôde dispor de um serviço policial de pronto atendimento, apesar de limitado. Diante de ocorrências variadas, as pessoas recorriam imediatamente à Rádio Patrulha, a fim de que ela pudesse dar uma solução à parturiente necessitada, à vítima de um acidente doméstico e/ou em via pública, à ocorrência de um delito e aos “desordeiros” e “mundanas” do centro urbano. A Rádio Patrulha tornou-se, assim, o órgão moralizador para os indivíduos “desclassificados”, o grupo especial nas emergências cotidianas da cidade, bem como o instrumento severo e punitivo para os cidadãos infratores.

Essa unidade policial de rádio patrulhamento deu início à especialização na Polícia Militar. Porque a RP foi o primeiro grupo especial no fazer patrulhamento diário das ruas com o apoio de tecnologia. Transformou o trabalho da caserna na incorporação de técnicas e instruções para o desempenho operacional da tropa. Criou uma identidade para os seus integrantes, uma vez que essa Companhia constituiu-se, naquele período, em um grupo diferenciado do restante do efetivo da PM.

Além do mais, a Rádio Patrulha possibilitou à Polícia Militar romper com a prática do aquartelamento da tropa e, doravante, desenvolver estratégias de policiamento ostensivo no espaço urbano de Natal, conforme os desafios de segurança em cada contexto histórico. Daí verificamos o desdobramento dessa Companhia em vários outros grupos especiais como, por exemplo, o Pelotão de Choque.

Esperamos, portanto, ter conseguido reconstruir, mesmo que muito parcialmente, alguns aspectos importantes do processo histórico da Rádio Patrulha. Não pudemos ir muito além da simples apresentação destas análises. Foram observações que precisaram definir a explicação histórica. Só conseguimos, enfim, tratar do problema das mudanças históricas, solicitando de forma pouco crítica o referencial da cultura historiográfica disponível.¹⁹⁷

¹⁹⁷ Ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

FONTES

BOLETIM DIÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 1965-1970.

TRIBUNA DO NORTE, Natal, dez. 1968.

ENTREVISTAS (FONTES ORAIS)

Entrevista realizada com o Sr. Domilson Damázio da Silva, em 23 de maio de 2008, no seu escritório de advocacia, situado no Edifício Cidade do Natal, bairro Cidade Alta, Natal-RN.

Entrevista realizada com o Sr. Antonio Ramos Alves, em 28 de maio de 2008, na sua residência situada à Rua da Laranjeira, nº 08, bairro Potengi, Natal-RN.

SITES

POLÍCIA Especial em ação. Rio de Janeiro: DFSP, 1957. Disponível em: Wikipédia, enciclopédia eletrônica.

<<http://www.militar.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2008.

<<http://www.defesa.ufjf.br>>. Acesso em: 6 ago. 2008.

<<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-74.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

<<http://www.overmundo.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Marcos; CALDEIRA, César. **Como surgiram as Constituições brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Projeto Educação Popular para o Constituinte, 1986.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRAGA, Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 a 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, jul./dez. 2002.

BRASIL. Ministério do Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Manual de Campanha. Polícia. Distúrbios civis e calamidades públicas. 3. ed. Brasília, 1973.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ESTATUTO dos policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte. Lei n. 4.630, de 16 dez. 1976.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004.

GUIMARÃES, Laerte; MOREIRA, Juceli (Org.). **MBPO ampliado e atualizado**. Porto Alegre: Polost Editora: APESP, 2001.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOPES, Andréia Roloff. Polícia e política: relações Estados Unidos/América. **História: questões & debates**. Curitiba, n. 40, 2004.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

MEDEIROS, Flávio Silva de. **A invenção da tradição: herói-mártir soldado Luiz Gonzaga**. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

MELO, Célia Maria Lins de. **Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935** (Polícia Militar do RN – resistência e glórias). 2001. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

NASCIMENTO, Wellington Dantas do. **O movimento reivindicatório da polícia militar do Rio Grande do Norte em 1963**. 2004. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

PEREIRA, Henrique Alonso. Memória política e populismo no Rio Grande do Norte. In: MORAIS, Grinaura Medeiros de; DANTAS, Eugenia. **Livro de memórias**. João Pessoa: Idéias, 2006.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comando Geral. Estado Maior. Projeto radiopatrulhamento padrão, 1987.
REGULAMENTO disciplinar da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Decreto n. 8.336, de 12 fev. 1982.

SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. **Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar**. Natal, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – UFRN/CCSA/Programa de Pós-Graduação em Educação.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. 2003. Tese (Pós-Graduação em História) – UFPE/Depto. de História, Recife.

SOUZA, Ivanildo Leônicio Macedo de. **História da associação de subtenentes e sargentos da polícia militar do Rio Grande do Norte (1936-2003)**. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

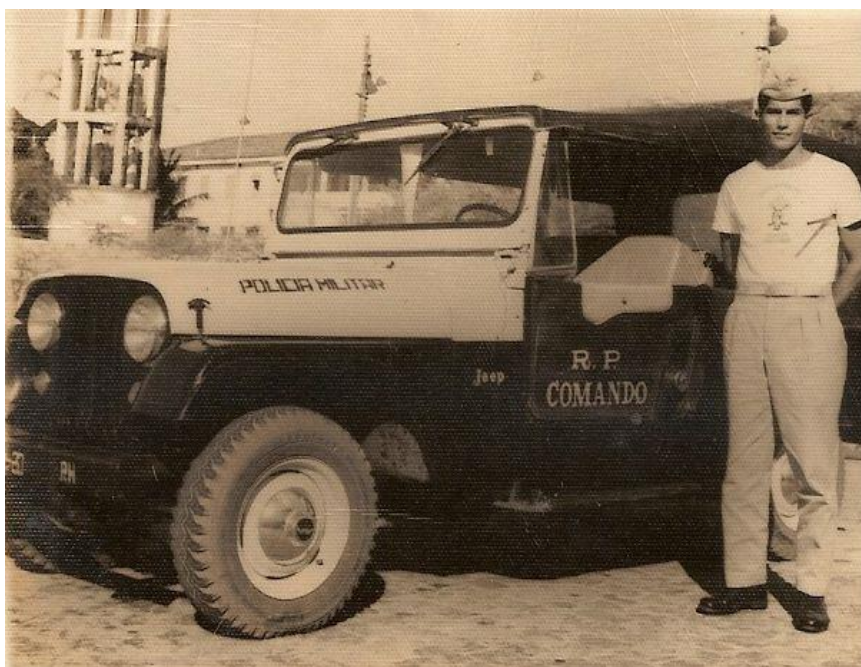
WANDERLEY, Rômulo. **História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968**. Natal: Edições Walter Pereira S/A, 1969.

ANEXOS

ANEXO A - Patrulheiros da Rádio Patrulha em 1965. (Acervo particular do Sr. Antonio Ramos Alves)



ANEXO B - As viaturas, tipos Rural e Jeep, da Rádio Patrulha.
(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva)



ANEXO C - 4º aniversário da Rádio Patrulha, em 1969, com a presença do Mons. Walfredo Gurgel, governador do Rio Grande do Norte, do Coronel Milton Freire de Andrade, comandante geral da PMRN, e do 1º Tenente Domilson, comandante da CRP.

(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva)



ANEXO D - Patrulheiros da CRP e desfile da tropa no Quartel do Comando Geral da PMRN.

(Acervo particular do Sr. Domilson Damázio da Silva)

